



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Ata Número 03/2014

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada a 30 de abril de 2014

____ Aos trinta dias do mês abril de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, no edifício dos Paços do Concelho, no Auditório Municipal, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, secretariado pelo primeiro e segundo secretários, João Manuel da Silva Frade e Dília Maria de Jesus Ferreira Batista. _____

____ Estavam presente os seguintes membros da Assembleia Municipal: _____

____ Pela Coligação Democrática Unitária: Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, João Manuel da Silva Frade, Carla Maria Machado Alves, Vítor Manuel Mineiro Lourenço, Fernando António Silva Lopes, Ana Paula Simões Ramos Ribeiro Lourenço, Dília Maria de Jesus Ferreira Batista, Joaquim Manuel Gonçalves Ribeiro, Pedro Miguel Paulino Baeta, Teresa Maria Ferreira Pires Sepúlveda e Luís António da Graça Eleutério. _____

____ Pelo Partido Socialista: Rui Luís Fernandes Corado, Cláudia Sofia de Almeida Gaspar Joaquim, André de Jesus Lourenço, e Maria das Dores Pereira Gonçalves Ramalho. _____

____ Pelo PPD/PSD: Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco e Elsa Maria Fernandes de Melo Rodrigues Belchior Penedo. _____

____ Pelo CDS/PP: Artur Miguel Rodrigues Costa. _____

____ Faltou o membro: Nuno Gonçalo de Oliveira Castanho Luís Fortes. _____

____ Com o Senhor Presidente da Câmara estavam presentes o Senhor Vice-Presidente, a Senhora Vereadora Patrícia Vitorino e os Senhores Vereadores Pedro Coelho dos Santos e Joaquim Biancard Cruz. _____

____ O Senhor Presidente começou por saudar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os membros da Assembleia Municipal, os trabalhadores da Autarquia e o público em geral. _____

____ **Justificação de Faltas:** _____

____ Foi presente a comunicação do membro Nuno Fortes, datada de 23 de abril, a informar da sua impossibilidade em estar na presente sessão ordinária da Assembleia Municipal por se encontrar ausente do país até ao dia 4 de maio, solicitando a sua substituição nos termos da lei.

____ A mesa aceitou a justificação de falta e a sua substituição nos termos da lei. _____

____ O Senhor Presidente disse que o membro Nuno Fortes seria substituído pelo membro seguinte da lista, designadamente, pela membro Maria das Dores Pereira Gonçalves Ramalho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Expediente: _____

____ Seguidamente o Primeiro Secretário deu conhecimento do seguinte expediente: _____

____ Do **Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia**, a informar as autarquias sobre um conjunto de reformas legislativas e regulatórias no sector dos resíduos sólidos urbanos; da **Embaixada da República de Moçambique**, a acusar e agradecer o envio das moções remetidas e a informar que faria chegar as mesmas às estruturas competentes; do **Secretário de Estado do Desporto e Juventude**, a acusar a receção da moção remetida; da **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sobral de Monte Agraço**, a enviar o relatório de avaliação da atividade da CPCJ de S.M.A – Ano de 2013; da **Associação Recreativa e Cultural de Via Galega**, a enviar convite para almoço no dia 27/04/2014; da **Paróquia de Sobral de Monte Agraço**, a enviar convite para participar na celebração de acolhimento da imagem da Nossa Senhora de Fátima; da **Virgiaves - Prod. Transformação Comércio de Aves, Lda.**, a pedir uma declaração de interesse Municipal – Matadouro de Aves; **Em Defesa da Escola Pública**, a solicitar a apreciação de um apelo em defesa da escola pública; da **Assembleia Municipal de Loures**, a enviar convite para reunião sobre a Privatização da EGF; do **PCP-Partido Comunista Português**, a enviar convite para participar na discussão no Plenário da Assembleia da República das apreciações parlamentares do PCP sobre a privatização da EGF e a enviar o novo mapa judiciário; da **Assembleia Municipal de Loures**, a enviar uma comunicação do Grupo Parlamentar do PCP sobre a privatização da EGF; da **Assembleia Municipal de Loures**, a solicitar marcação de reunião com delegação da Assembleia Municipal sobre a privatização da EGF; da **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, a enviar convite para a conferência da ANMP – 40 anos do 25 Abril; da **Assembleia Municipal de Loures**, a solicitar contributo para documento que contenha a posição comum das Assembleias Municipais sobre a privatização da EGF e a enviar nota de imprensa a remeter à Comunicação Social; da **Assembleia Municipal de Loures**, a informar sobre audiência, a realizar no dia 6 de maio de 2014, na Assembleia da República sobre a Privatização da EGF; da **Assembleia Municipal de Loures**, a informar sobre alteração de data de audiência na Assembleia da República sobre a Privatização da EGF; da **Assembleia Municipal de Loures**, a enviar mapa com planificação de reuniões agendadas sobre a privatização da EGF; da **Assembleia Municipal de Loures**, a enviar planeamento atualizado das reuniões agendadas sobre a privatização da EGF; da **Associação Nacional de Municípios Portugueses**, a informar sobre Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local e de **Mariana Melícias**, a solicitar a sua substituição na CPCJ. _____

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, entrou na sala o membro Duarte Pacheco. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Período Antes da Ordem do Dia: _____

____ Seguidamente, o Senhor Presidente referiu que os vários grupos representados na Assembleia Municipal, caso pretendessem, podiam apresentar moções, requerimentos, recomendações, protestos, interpelações ou outras questões de interesse geral.

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e quarenta e oito minutos, entrou na sala o membro Luís Eleutério. _____

____ A membro Teresa Sepúlveda, com a anuência do Senhor Presidente, disse que a bancada da CDU pretendia apresentar um voto de pesar que a seguir se transcreve: _____

____ "VOTO DE PESAR _____

____ *D^a Eugénia Lima faleceu no passado dia 04 de Abril de 2014, foi considerada a melhor acordeonista de Portugal e uma das melhores do Mundo.* _____

____ *Compôs ao longo da sua vida mais de 200 melodias e muitos arranjos musicais famosos, gravou mais de 50 discos. Iniciou-se no acordeão aos 4 anos de idade e ao longo de parte da sua carreira sofreu restrições impostas pelo regime Salazarista.* _____

____ *Actuou em muitas salas por todo o mundo com enormes êxitos, onde recebeu prémios em vários concursos. A D^a Eugénia Lima, era diplomada com o Curso Superior de Acordeão da Categoria de Professora, pelo Conservatório de Acordeão de Paris.* _____

____ *Foi agraciada por Presidentes da República depois do 25 de Abril de 1974. Era uma mulher excepcional e uma música de eleição que está nos manuais de ensino do acordeão em Portugal e em muitos outros países.* _____

____ *Passou pelo concelho de Sobral de Monte Agraço uma boa parte da sua vida, onde actuou em várias localidades das nossas Freguesias durante décadas.* _____

____ *Deixou muitos amigos e colegas do acordeão, era uma pessoa muito querida da nossa população, pela sua humildade e sinceridade.* _____

____ *Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço reunida hoje dia 30 de Abril propõem um Voto de Pesar pelo falecimento de tão importante personagem da vida musical do nosso País.* _____

____ *Este Voto de Pesar, depois de aprovado é para ser enviado à família da D^a Eugénia Lima.*

____ *Sobral de Monte Agraço, 30 de Abril de 2014* _____

____ *Os Eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária* _____

____ A membro Maria das Dores Ramalho referiu que a bancada do PS também tinha uma intervenção no mesmo sentido, tendo apresentado a evocação que a seguir se transcreve: _____

____ *"Evocação* _____

____ *Evocação de Eugénia Lima, recentemente falecida.* _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Acordeonista de renome, diplomada pelo Conservatório de Acordeão de Paris, Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, abrilhantou durante sua longa vida artística bailes e festividades em toda a região do Oeste e também no Concelho de Sobral de Monte Agraço; ____

____ Com a mesma simplicidade e simpatia, actuou em modestos barracões e à luz de petróleo nos anos 40 e 50, em salões de festa de colectividades nos anos 60, e nos mais sofisticados e recentes auditórios. _____

____ No nosso Concelho foi sempre recebida com manifestações de carinho e admiração, e alvo de diversas homenagens. _____

____ Evocá-la nesta Assembleia Municipal, é um dever e um acto de gratidão que lhe prestamos. _____

____ Bancada do PS na Assembleia Municipal _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de Abril de 2014” _____

____ O Senhor Presidente, tendo em conta as intervenções proferidas, sugeriu que as bancadas se juntassem a fim de formular apenas um texto. Neste sentido, e após a manifestação de concordância das respetivas bancadas, foi apresentado o voto que a seguir se transcreve: _____

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE D.^a EUGÉNIA LIMA _____

D.^a Eugénia Lima faleceu no passado dia 04 de Abril de 2014, foi considerada a melhor acordeonista de Portugal e uma das melhores do Mundo. _____

Compôs ao longo da sua vida mais de 200 melodias e muitos arranjos musicais famosos, gravou mais de 50 discos. Iniciou-se no acordeão aos 4 anos de idade e ao longo de parte da sua carreira sofreu restrições impostas pelo regime Salazarista. _____

Acordeonista de renome, diplomada pelo Conservatório de Acordeão de Paris, Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, abrilhantou durante sua longa vida artística bailes e festividades em toda a região do Oeste e também no Concelho de Sobral de Monte Agraço. Com a mesma simplicidade e simpatia, actuou em modestos barracões e à luz de petróleo nos anos 40 e 50, em salões de festa de colectividades nos anos 60, e nos mais sofisticados e recentes auditórios. Atuou por todo o mundo com enormes êxitos, tendo recebido inúmeros prémios em vários concursos. _____

Era uma mulher excepcional e uma artista música de eleição, estando a sua música nos manuais de ensino do acordeão em Portugal e em muitos outros países. _____

Passou pelo concelho de Sobral de Monte Agraço uma boa parte da sua vida, onde foi sempre recebida com manifestações de carinho e admiração, e alvo de diversas homenagens. _____

Deixou muitos amigos e colegas do acordeão, era uma pessoa muito querida da nossa população, pela sua humildade e sinceridade, pelo que, evocá-la nesta Assembleia Municipal, é um dever e um acto de gratidão que lhe prestamos. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprovou, por unanimidade, na sua reunião ordinária de 30 de abril de 2014, um Voto de Pesar pelo falecimento de tão importante personagem da vida musical do nosso País. _____

Sobral de Monte Agraço, 30 de Abril de 2014" _____

_____ Colocado à votação o voto de pesar acima transcrito, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, devendo ser remetido à Família da D.^a Eugénia Lima. _____

_____ Seguidamente, a membro Carla Alves, informou que a bancada da CDU pretendia apresentar uma moção, a qual a seguir se transcreve: _____

_____ **"Moção** _____

_____ **Contra a Privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF), SA Pela Defesa do Serviço Público** _____

_____ *Ao longo de mais de três décadas, o Poder Local Democrático tem superiormente contribuído para o crescimento e desenvolvimento das condições de vida das populações em todo o País, nomeadamente no que concerne aos serviços de Águas e Resíduos.* _____

_____ *Entre 1976 e 1993, os setores das Águas e Resíduos, eram então uma responsabilidade exclusiva da Administração Local do Estado, sendo a sua gestão controlada por órgãos democraticamente eleitos, e direcionada para a prestação de um serviço exclusivamente público, mais concretamente em Julho de 1977, com a publicação da Lei de Delimitação dos Sectores, que vedava a entrada a empresas privadas nestes setores.* _____

_____ *Desde 1993 que os vários Governos têm aprovado legislação que não visa outra coisa senão criar condições para a privatização dos setores de Águas e Resíduos, numa convicção ideológica de apropriação da "coisa pública", tornando estes setores numa nova vertente de negócio para os grandes grupos privados, em detrimento das dificuldades acrescidas que terão repercussões nos Municípios e, em última instância, nas populações.* _____

_____ *Foi aprovado em sede de Conselho de Ministros o lançamento do processo de privatização total da EGF (Empresa Geral de Fomento), empresa pertencente ao grupo Águas de Portugal, cuja atividade se centra no domínio dos resíduos, sendo a detentora da maioria – cerca de 56% - do capital social da empresa Valorsul.* _____

_____ *A Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. é a entidade responsável pelo tratamento e valorização de RSU – Resíduos Sólidos Urbanos produzidos por um total de 19 municípios da Área Metropolitana de Lisboa e da Região Oeste, nos quais se inclui o Concelho de Sobral de Monte Agraço, sendo também responsáveis pela recolha dos resíduos recicláveis, designadamente os depositados nos ecopontos.* _____

_____ *O Município de Sobral de Monte Agraço, bem como os demais da Região Oeste são representados na Valorsul pela Associação – AMOmais.* _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ A Valorsul é uma empresa equipada com sistemas de gestão de resíduos modernos, adequados às reais necessidades da área que abrange, apresentando ainda um potencial que permite assegurar uma significativa evolução, que poderá ser ajustada a um crescimento dos resíduos produzidos. _____

____ A avançada tecnologia da Valorsul permite ainda elevados ganhos ambientais, não só ao nível dos diversos produtos que disponibiliza para reutilização, resultantes da valorização dos resíduos, em grande parte destinados à construção civil e à agricultura, em articulação com o tecido empresarial destes setores. _____

____ Ao nível da responsabilidade social, a Valorsul, assume um importante papel, designadamente em campanhas de sensibilização e de educação ambiental, junto das escolas e da população em geral. _____

____ No que diz respeito ao aproveitamento, tratamento e valorização de resíduos, a Valorsul tem atingindo metas ambientais de qualidade e de segurança assinaláveis, sendo que esta componente assume uma complexidade acrescida, atendendo a que se trata de incineração de resíduos. _____

____ Do ponto de vista financeiro, realça-se que, no ano de 2013, a Valorsul teve resultados financeiros positivos superiores a 6 milhões de euros. _____

____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, manifesta solidariedade com os trabalhadores da Valorsul, que encetaram recentemente lutas e medidas de protesto contra a privatização da empresa EGF e que estão envolvidos num processo de privatização cujo modelo e contornos são desconhecidos. _____

____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço manifesta ainda o seu desagrado e rejeita o processo de privatização de 100 % da EGF, pois, sendo a Valorsul uma empresa lucrativa, não se compreende esta medida. Entendemos que a transferência do capital de uma entidade pública - lucrativa e que presta um serviço de qualidade - para grupos privados, é uma medida que só pode estar associada a motivações que desconhecemos, entre as quais o favorecimento de alguns grupos privados. _____

____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, entende que o recurso a uma gestão privada dos resíduos provenientes do Concelho de Sobral de Monte Agraço não salvaguarda a defesa do interesse público, nem tão pouco os interesses dos nossos munícipes. _____

____ Os Eleitos da C.D.U. – Coligação Democrática Unitária _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de Abril de 2014 _____

____ Enviar a: _____

____ 1º Ministro _____

____ Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Energia _____

____ OesteCIM _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Assembleia Intermunicipal da OesteCIM _____

____ Grupos Parlamentares da Assembleia da República.” _____

____ O membro Duarte Pacheco disse que ideologicamente e tendo presente os princípios que defende, a CDU, coerentemente, era contra qualquer privatização, por isso a apresentação desta moção. Ora, não sendo essa a posição do PSD, a sua bancada não poderá subscrever a moção apresentada. A propósito desta temática disse que, em sua opinião, o que importava não era estar a favor ou contra a privatização daquela entidade, o que realmente importava era a qualidade do serviço prestado aos cidadãos, ainda que fosse realizado por privados, sendo que, ao Estado, o que deveria ser exigido era que efetuasse bem a sua obrigação – regular e fiscalizar. _____

____ Colocado à votação a moção apresentada pela bancada da CDU, foi a mesma aprovada, por maioria, com três votos contra, 2 do PPD/PSD e 1 do CDS/PP. _____

____ A membro Maria das Dores Ramalho solicitou a palavra para apresentar o voto de pesar, que a seguir se transcreve: _____

____ “ Voto de Pesar _____

____ No passado dia 12 de Março, faleceu D. José Policarpo, patriarca emérito de Lisboa. _____

____ Personalidade impar e figura marcante na renovação da igreja em Portugal, democrata e com grande capacidade para ouvir os outros, homem de diálogo, não fugia ao debate nem pedia licença para expressar as suas ideias. _____

____ Na sua missão pastoral, várias vezes visitou o concelho de Sobral, onde foi recebido com carinho e admiração. _____

____ Portugal e a igreja portuguesa perderam um intelectual, respeitado por crentes e não crentes. _____

____ Curvando-se perante a sua memória a Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprova este voto de pesar. _____

____ Bancada do PS na Assembleia Municipal _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de Abril de 2014 _____

____ A enviar à Família, Patriarcado de Lisboa e Paróquia de Sobral de Monte Agraço” _____

____ Neste momento, quando eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, entrou na sala o membro Fernando Lopes. _____

____ O membro Joaquim Ribeiro solicitou a palavra para informar que também a bancada da CDU queria apresentar um voto de pesar, pelo falecimento de D. José Policarpo, que a seguir se transcreve: _____

____ “MOÇÃO _____

____ VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO CARDEAL D. JOSÉ POLICARPO, PATRIARCA EMÉRITO DE LISBOA _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ D. José Policarpo nasceu a 26 de fevereiro de 1936 em Alvorninha, concelho das Caldas da Rainha, e faleceu a 12 de março deste ano. _____

____ Foi ordenado sacerdote a 15 de agosto de 1961, nomeado bispo-auxiliar de Lisboa em 1978, arcebispo coadjutor de Lisboa em 1997, Patriarca de Lisboa em 1998 e cardeal em 2001. Foi cardeal patriarca de Lisboa até 2013. _____

____ Estudou filosofia e teologia e doutorou-se em Teologia Dogmática, em 1968, pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Participou em dois conclaves e publicou cerca de meia centena de livros. _____

____ Foi professor e reitor do Seminário Liceal de Penafirme, reitor do Seminário dos Olivais entre 1970 e 1997 e reitor da Universidade Católica Portuguesa entre 1988 e 1996. _____

____ D. José Policarpo é considerado como o protagonista da renovação cultural da Igreja Católica Portuguesa. _____

____ Reconhecendo o importante papel que assumiu como líder da principal instituição religiosa em Portugal, a Assembleia Municipal do Sobral de Monte Agraço expressa o mais profundo pesar pelo seu desaparecimento. _____

____ Os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de abril de 2014 _____

____ Depois de aprovada, esta moção deverá ser enviada ao Patriarcado de Lisboa” _____

____ O Senhor Presidente, à semelhança do voto de pesar pelo falecimento da acordeonista Eugénia Lima, sugeriu que as bancadas subscritoras dos votos de pesar apresentados juntassem as suas intervenções formulando apenas um voto. Tendo sido aceite a sugestão do Sr. Presidente, foi apresentado o voto de pesar que a seguir se transcreve: _____

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO CARDEAL D. JOSÉ POLICARPO, PATRIARCA EMÉRITO DE LISBOA _____

D. José Policarpo nasceu a 26 de fevereiro de 1936 em Alvorninha, concelho das Caldas da Rainha, e faleceu a 12 de março deste ano. _____

Foi ordenado sacerdote a 15 de agosto de 1961, nomeado bispo-auxiliar de Lisboa em 1978, arcebispo coadjutor de Lisboa em 1997, Patriarca de Lisboa em 1998 e cardeal em 2001. Foi cardeal patriarca de Lisboa até 2013. _____

Estudou filosofia e teologia e doutorou-se em Teologia Dogmática, em 1968, pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Participou em dois conclaves e publicou cerca de meia centena de livros. _____

Foi professor e reitor do Seminário Liceal de Penafirme, reitor do Seminário dos Olivais entre 1970 e 1997 e reitor da Universidade Católica Portuguesa entre 1988 e 1996. _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Personalidade impar e figura marcante na renovação da igreja em Portugal, democrata e com grande capacidade para ouvir os outros, homem de diálogo, não fugia ao debate nem pedia licença para expressar as suas ideias. _____

Na sua missão pastoral, várias vezes visitou o concelho de Sobral, onde foi recebido com carinho e admiração. _____

Portugal e a igreja portuguesa perderam um intelectual, respeitado por crentes e não crentes. ____

Reconhecendo o importante papel que assumiu como líder da principal instituição religiosa em Portugal, a Assembleia Municipal do Sobral de Monte Agraço expressa o mais profundo pesar pelo seu desaparecimento. _____

Sobral de Monte Agraço, 30 de abril de 2014". _____

____ Colocado à votação o voto de pesar acima transcrito, foi o mesmo aprovado, por maioria, com uma abstenção do CDS/PP. _____

____ O membro Vitor Lourenço solicitou a palavra para apresentar uma moção da bancada da CDU relativa aos 40 anos da Revolução de Abril de 1974, que seguidamente se transcreve: ____

____ "MOÇÃO _____

____ 40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974 _____

____ Estamos neste ano de 2014 a comemorar o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional. _____

____ O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. _____

____ 40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais. _____

____ Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses. _____

____ Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

despudorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril. _____

____ *O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.* _____

____ *Com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro de 1976, o Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.* _____

____ *As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril foram e continuarão a ser um momento para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.* _____

____ *Estas comemorações foram e continuarão a ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.* _____

____ *Assinalar o 40º aniversário da Revolução de Abril significa lembrar o passado, não apenas para assinalar o acontecimento maior da história contemporânea portuguesa, mas sobretudo projectar os seus valores e direitos no presente e no futuro do concelho de Sobral de Monte Agraço e de Portugal.* _____

____ *Por tudo isto a Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço reunida a 30 de Abril de 2014 delibera:* _____

____ *1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e os portugueses.* _____

____ *2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem a este período da nossa vida, 40 anos de Abril, 40 anos do 1º de Maio, festa dos trabalhadores, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril de 1974 e na defesa dos interesses e direitos das populações.* _____

____ *Sobral de Monte Agraço, 30 de Abril de 2014* _____

____ *Os Eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária* _____

____ *O membro Vitor Lourenço solicitou, ainda, que a presente moção fosse divulgada através de edital a afixar nos locais de estilo:* _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

____ O membro Duarte Pacheco solicitou a palavra, tendo manifestado o seu desagrado para com o teor da moção apresentada, pois, em seu entender, o título dado ao presente documento não tem correspondência no seu conteúdo. Disse que uma das vertentes da democracia manifesta-se no facto de sabermos que quem está no poder terá a sua política escrutinada através do voto e que, portanto, um dia irá perder as eleições, pois é através do voto que manifestamos a nossa força e se legitimam as vontades das populações. Referiu que a Constituição da República Portuguesa não podia ser subvertida e que apenas o Tribunal Constitucional, tinha competências para declarar a constitucionalidade de determinado normativo legal. _____

____ Na sequência do solicitado pelo membro Vitor Lourenço aquando da leitura da moção, o Sr. Presidente disse que as atas são públicas e que, por esta razão, não se procederia à divulgação da moção através de edital. _____

____ Colocado à votação a moção apresentada pela bancada da CDU, foi a mesma aprovada, por maioria, com três votos contra, 2 do PPD/PSD e 1 do CDS/PP. _____

____ Neste momento, quando eram vinte e duas horas e cinco minutos, entrou na sala o Senhor Vice – Presidente. _____

____ Seguidamente, a membro Elsa Penedo, informou que a bancada do PPD/PSD pretendia apresentar um voto de pesar, que a seguir se transcreve: _____

____ **“Voto de Pesar”** _____

____ *Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e membros da respetiva mesa* _____

____ *Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores* _____

____ *Ex.mos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia* _____

____ *Caros membros da Assembleia Municipal* _____

____ *Caros Senhores e Senhoras* _____

____ **Considerando:** _____

____ *Poeta, ensaísta, romancista, dramaturgo, cronista e tradutor de clássico, Vasco Graça Moura nasceu no Porto, na Foz do Douro, em 1942, licenciou-se em Direito, pela Universidade de Lisboa, e chegou a exercer a advocacia, de 1966 a 1983, até a carreira literária se estabelecer em pleno.* _____

____ *Na altura, apenas a poesia definia a sua expressão, com títulos como “Modo mudando”, estreia nas Letras, em 1962, a que se seguiram títulos como “Semana inglesa” e “O mês de dezembro”. Mas Vasco Graça Moura era também o jurista, o gestor e o político.* _____

____ *Em 1974, após o 25 de Abril, aderiu ao Partido Popular Democrático, atual PSD, tendo assumido a secretaria de Estado da Segurança Social do IV Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves.* _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Prosseguiu, porem, na esfera pública, num percurso que culminaria na presidência do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, iniciada em janeiro de 2012. _____

____ Foi diretor da RTP (1978), administrador da Imprensa Nacional – Casa da Moeda (1979-1989), cuja política de edição literária dinamizou, foi presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Centenário de Fernando Pessoa (1988) e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1988-1995), para a qual coordenou a revista Oceanos. _____

____ Dirigiu a Fundação Casa de Mateus, foi comissário-geral de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha (1988-1992) e diretor do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian (1996-1999). _____

____ Em 1999, passadas mais de duas décadas sobre a sua passagem por um governo provisório, o escritor regressou à política ativa, nas listas sociais-democratas ao Parlamento Europeu. _____

____ Em janeiro de 1912, substitui António Mega Ferreira na presidência da Fundação Centro Cultural de Belém. Com o ex-jornalista partilhara, cerca de 20 anos antes, a ideia de candidatura de Portugal à Expo 98, num almoço junto ao Terreiro do Paço, em Lisboa. _____

____ Publicou, entre outros, "Instrumentos para a melancolia" (1980), "A sombra das figueiras" (1985), "A furiosa paixão pelo tangível" (1987), "Uma carta no inverno" (1997), "Testamento de VGM" (2001), "Antologia dos sessenta anos" (2002) e "Os nossos tristes assuntos" (2006). _____

____ Em 2000, recolheu a poesia de "1997-2000", a que se seguiria a "Antologia dos sessenta anos" (2002), antes do meio século de vida literária, em 2013, assinalado com a publicação, no final do ano anterior, de toda a obra poética, em dois volumes e mais de 1.200 páginas. _____

____ Escreveu "Diálogo com (algumas) imagens" (2009), sobre protagonistas da arte portuguesa, percorreu "Circunstâncias vividas" (1995), recolheu volumes de crónicas. _____

____ O autor de "Os Lusíadas" mereceu-lhe vários volumes de ensaios, como "Luís de Camões: Alguns Desafios" (1980), "Camões e a Divina Proporção" (1985), "Sobre Camões, Gândavo e outras personagens" (2000). _____

____ Estreou-se no romance em 1987, com a evocação das "Quatro Últimas Canções", de Richard Strauss, entre visitantes de Mateus. Regressou ao género em "O Naufrágio de Sepúlveda" (1988), "Partida de Sofonisba às seis e doze da manhã" (1993), "A morte de ninguém" (1998), "Meu amor, era de noite" (2001), "O enigma de Zulmira" (2002), "Por detrás da magnólia" (2004) e "Alfreda ou a quimera" (2008). _____

____ Traduziu peças de Racine, Molière e de Corneille, "Alguns amores de Ronsard", "Os testamentos François Villon", "Sonetos de Shakespeare", "Rimas de Petrarca", "Vida Nova" e "Divina Comédia" de Dante, clássicos a que juntou Seamus Heaney, Hans Magnus Enzensberger ou Gottfried Benn. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Recebeu o Prémio Pessoa, o Prémio Vergílio Ferreira, os prémios de Poesia do PEN Clube Português e da Associação Portuguesa de Escritores, que também lhe atribuiu o Grande Prémio de Romance e Novela, a Coroa de Ouro do Festival de Poesia de Struga, o Prémio Max Jacob de França para Poesia Estrangeira, o Prémio de tradução do Ministério da Cultura de Itália e a Medalha de Florença, O Prémio Morgado de Mateus, para o conjunto da obra, o Prémio Europa – Cátedra David Mourão-Ferreira da Universidade de Bari, em Itália, e a Ordem de Santiago de Espada, entre outras distinções. _____

____ Manifestamente contrário ao Acordo Ortográfico, reuniu os seus argumentos sob o título "A perspectiva do desastre", num volume publicado em 2008. _____

____ No passado dia 31 de janeiro, a Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, acolheu uma homenagem ao seu percurso, que mobilizou personalidades como Eduardo Lourenço, Nuno Júdice e Maria Alzira Seixo, Artur Santos Silva e o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, entre outros. Nesta homenagem Vasco Graça Moura, sem qualquer hesitação, afirmou. "A poesia é a minha forma verbal de estar no mundo". _____

____ **Pede-se seguinte votação:** _____

____ 1 – Voto de pesar e reconhecimento pela vida e obra de Vasco Graça Moura. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de Abril de 2014 _____

____ Do grupo Municipal do PPD/PSD _____

____ Elsa Penedo _____

____ Nota: Este voto deverá ser endereçado aos familiares de Vasco Graça Moura." _____

____ O membro Joaquim Ribeiro disse que, também a bancado da CDU, tinha uma intervenção relativa ao falecimento de Vasco Graça Moura, que a seguir se transcreve: _____

____ "MOÇÃO _____

____ VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE VASCO GRAÇA MOURA _____

____ Vasco Graça Moura nasceu a 3 de janeiro de 1942, no Porto, e faleceu no passado dia 27 de abril. _____

____ Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1966. _____

____ Depois de ter exercido advocacia, desempenhou vários cargos públicos: _____

foi secretário de Estado da Segurança Social no 4º Governo Provisório e secretário de Estado dos Retornados no 6º Governo Provisório. _____

____ Teve funções directivas na RTP, foi administrador da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, comissário-geral para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, dirigiu o Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian, foi deputado do Parlamento Europeu e presidente do Conselho de Administração da Fundação Centro Cultural de Belém. ____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Vasco Graça Moura publicou mais de 60 títulos, entre poesia, romance e ensaio e fez igualmente várias traduções literárias. Recebeu vários prémios nacionais e internacionais pela sua obra. _____

____ Entusiasta das bibliotecas públicas, lembramos também o apoio que Vasco Graça Moura prestou durante o processo de instalação da Biblioteca Municipal do concelho do Sobral de Monte Agraço. _____

____ Reconhecendo tratar-se, inegavelmente, de um grande vulto das letras e da cultura portuguesa, a Assembleia Municipal do Sobral de Monte Agraço expressa o mais profundo pesar pelo seu desaparecimento. _____

____ Os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de abril de 2014" _____

____ O Senhor Presidente sugeriu que também as duas moções apresentadas fossem transformadas em apenas um texto. _____

____ O membro Rui Corado sugeriu que a moção fosse redigida fora do acordo ortográfico. ____

____ O membro Fernando Lopes disse que, na sua opinião, faltava nas moções uma referência sobre a sua oposição ao acordo ortográfico. _____

____ Neste âmbito, foi formulada a moção que a seguir se transcreve: _____

"VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE VASCO GRAÇA MOURA" _____

Considerando: _____

Poeta, ensaísta, romancista, dramaturgo, cronista e tradutor de clássico, Vasco Graça Moura nasceu no Porto, na Foz do Douro, em 1942, licenciou-se em Direito, pela Universidade de Lisboa, e chegou a exercer a advocacia, de 1966 a 1983, até a carreira literária se estabelecer em pleno. _____

Na altura, apenas a poesia definia a sua expressão, com títulos como "Modo mudando", estreia nas Letras, em 1962, a que se seguiram títulos como "Semana inglesa" e "O mês de dezembro". Mas Vasco Graça Moura era também o jurista, o gestor e o político. _____

Em 1974, após o 25 de Abril, aderiu ao Partido Popular Democrático, atual PSD, tendo assumido a secretaria de Estado da Segurança Social do IV Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves. _____

Prosseguiu, porem, na esfera pública, num percurso que culminaria na presidência do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, iniciada em janeiro de 2012. _____

Foi diretor da RTP (1978), administrador da Imprensa Nacional – Casa da Moeda (1979-1989), cuja política de edição literária dinamizou, foi presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Centenário de Fernando Pessoa (1988) e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1988-1995), para a qual coordenou a revista Oceanos. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Dirigiu a Fundação Casa de Mateus, foi comissário-geral de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha (1988-1992) e diretor do Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian (1996-1999). _____

Em 1999, passadas mais de duas décadas sobre a sua passagem por um governo provisório, o escritor regressou à política ativa, nas listas sociais-democratas ao Parlamento Europeu. _____

Em janeiro de 1912, substitui António Mega Ferreira na presidência da Fundação Centro Cultural de Belém. Com o ex-jornalista partilhara, cerca de 20 anos antes, a ideia de candidatura de Portugal à Expo 98, num almoço junto ao Terreiro do Paço, em Lisboa. _____

Publicou, entre outros, "Instrumentos para a melancolia" (1980), "A sombra das figueiras" (1985), "A furiosa paixão pelo tangível" (1987), "Uma carta no inverno" (1997), "Testamento de VGM" (2001), "Antologia dos sessenta anos" (2002) e "Os nossos tristes assuntos" (2006). _____

Em 2000, recolheu a poesia de "1997-2000", a que se seguiria a "Antologia dos sessenta anos" (2002), antes do meio século de vida literária, em 2013, assinalado com a publicação, no final do ano anterior, de toda a obra poética, em dois volumes e mais de 1.200 páginas. _____

Escreveu "Diálogo com (algumas) imagens" (2009), sobre protagonistas da arte portuguesa, percorreu "Circunstâncias vividas" (1995), recolheu volumes de crónicas. _____

O autor de "Os Lusíadas" mereceu-lhe vários volumes de ensaios, como "Luís de Camões: Alguns Desafios" (1980), "Camões e a Divina Proporção" (1985), "Sobre Camões, Gândavo e outras personagens" (2000). _____

Estreou-se no romance em 1987, com a evocação das "Quatro Últimas Canções", de Richard Strauss, entre visitantes de Mateus. Regressou ao género em "O Naufrágio de Sepúlveda" (1988), "Partida de Sofonisba às seis e doze da manhã" (1993), "A morte de ninguém" (1998), "Meu amor, era de noite" (2001), "O enigma de Zulmira" (2002), "Por detrás da magnólia" (2004) e "Alfreda ou a quimera" (2008). _____

Traduziu peças de Racine, Molière e de Corneille, "Alguns amores de Ronsard", "Os testamentos François Villon", "Sonetos de Shakespeare", "Rimas de Petrarca", "Vida Nova" e "Divina Comédia" de Dante, clássicos a que juntou Seamus Heaney, Hans Magnus Enzensberger ou Gottfried Benn. _____

Recebeu o Prémio Pessoa, o Prémio Vergílio Ferreira, os prémios de Poesia do PEN Clube Português e da Associação Portuguesa de Escritores, que também lhe atribuiu o Grande Prémio de Romance e Novela, a Coroa de Ouro do Festival de Poesia de Struga, o Prémio Max Jacob de França para Poesia Estrangeira, o Prémio de tradução do Ministério da Cultura de Itália e a Medalha de Florença, O Prémio Morgado de Mateus, para o conjunto da obra, o Prémio Europa – Cátedra David Mourão-Ferreira da Universidade de Bari, em Itália, e a Ordem de Santiago de Espada, entre outras distinções. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Manifestamente contrário ao Acordo Ortográfico, reuniu os seus argumentos sob o título "A perspectiva do desastre", num volume publicado em 2008. _____

No passado dia 31 de janeiro, a Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, acolheu uma homenagem ao seu percurso, que mobilizou personalidades como Eduardo Lourenço, Nuno Júdice e Maria Alzira Seixo, Artur Santos Silva e o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, entre outros. Nesta homenagem Vasco Graça Moura, sem qualquer hesitação, afirmou. "A poesia é a minha forma verbal de estar no mundo". _____

Entusiasta das bibliotecas públicas, lembramos também o apoio que Vasco Graça Moura prestou durante o processo de instalação da Biblioteca Municipal do concelho do Sobral de Monte Agraço. _____

Reconhecendo tratar-se, inegavelmente, de um grande vulto das letras e da cultura portuguesa, a Assembleia Municipal do Sobral de Monte Agraço, reunida em 30 de Abril de 2014, expressa o mais profundo pesar pelo seu desaparecimento e o reconhecimento pela vida e obra de Vasco Graça Moura. _____

Sobral de Monte Agraço, 30 de abril de 2014". _____

____ Colocada à votação a moção acima transcrita, foi a mesma aprovada, por unanimidade. ____

____ O membro Vitor Lourenço solicitou a palavra para apresentar um voto de louvor, voto esse que a seguir se transcreve, devendo o mesmo ser dirigido à pessoa visada: _____

____ "VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO" _____

____ Os deputados da CDU – Coligação Democrática Unitária, eleitos na Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, apresentam uma proposta tendo como fundamento o seguinte: ____

____ Existem personalidades que pelo seu prestígio, cargo ou ação para com a Comunidade, são considerados dignos de distinção; _____

____ Os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal observando estas situações e honrando quem se distinga pelo seu percurso de vida ao serviço da Comunidade, afirmam que Amílcar Leitão da Silva é um destes Homens, tendo dado a este Concelho, toda uma vida de participação e um exemplo de cidadania. Recentemente comemorou 80 anos de vida. _____

____ De todos conhecido, o Amílcar Leitão da Silva é uma figura incontornável do nosso Concelho, com uma atividade relevante na vida cultural, cívica e associativa da comunidade. ____

____ Sempre colocou o seu saber, empenho, rigor e autodidatismo que caracterizam a sua personalidade ao serviço de todos. _____

____ Ao nível Associativo não podemos deixar de referir a sua ligação à Associação dos Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço, na qual ingressou em 1954, com 20 anos de idade, como membro da Banda dos Bombeiros Voluntários do Sobral. Pertenceu ao corpo auxiliar durante vários anos e foi 1.º Comandante da Corporação entre 1970 e 1997. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ Merecedora de relevo é também a sua participação durante décadas nas Comissões de Festas de Sobral de Monte Agraço e a partir de 1999 na Associação de Cultura e Recreio 13 de Setembro de 1913, de que foi sócio fundador e da qual foi Presidente da Direção até 2007 e da qual é atualmente Presidente da Mesa da Assembleia Geral. _____

____ Foi Administrador do Jornal Sizandro que se publicou em Sobral de Monte Agraço entre Abril de 1961 e Abril de 1974. _____

____ Com o seu saber e apurada sensibilidade artística durante anos a sua atividade tem-se feito notar também com especial relevo ao nível artístico, especialmente, ao nível do teatro e da música. _____

____ Efetivamente desde sempre se empenhou em reunir sobralenses, que ensaia com entusiasmo e rigor, levando à cena diversas peças de teatro, participando também em algumas delas como ator. Na memória de todos ficarão para sempre e para citar apenas duas “A Maluquinha de Arroios” levada à cena em dois momentos diferentes e a reposição em 1998, da peça “Sobral por um Óculo” qua havia sido levada à cena em 1946, no ano da inauguração do Cine-Teatro. _____

____ Durante anos pertenceu à Banda dos Bombeiros Voluntários do Sobral e a outros grupos musicais. Digno de registo é também todo o trabalho desenvolvido que levou à instalação de órgãos nas Igrejas de Nossa Senhora da Vida, Igreja de Santo Quintino (Monumento Nacional) e também na Igreja Paroquial de Sapataria. _____

____ Sempre se empenhou em projetos de índole cultural, nomeadamente de investigação e divulgação histórica, de que os Cortejos Históricos e Etnográficos, realizados no decorrer das Festas e Feira de Verão e por ele iniciados na década de 80, são o maior exemplo. Este evento de divulgação da nossa história, que sempre planeou com paixão e altruísmo, revelou uma visão profundamente inovadora e foi fundamental para despertar o interesse pelo estudo da história local. _____

____ Por tudo isto Amílcar Leitão da Silva é reconhecidamente um cidadão pleno, sempre presente e disponível, um Sobralense que eleva bem alto o nome da nossa terra, que sempre tem manifestado uma cidadania atenta e atuante. _____

____ A sua intervenção na comunidade local, ao longo de décadas de dedicação e labor persistente têm contribuído para o enriquecimento do Concelho. _____

____ Este sobralense está seguramente entre aqueles Portugueses que representam o melhor da Alma Portuguesa que Fernando Pessoa descreveu como “aquela que desafia a descrença e ultrapassa o destino.” _____

____ Por tudo isto propomos, através desta Moção que seja atribuído a Amílcar Leitão da Silva um Voto de Louvor e de Reconhecimento pela sua total dedicação ao seu Concelho, ao nosso Concelho, a Sobral de Monte Agraço, deixando registado o exemplo de alguém que deverá ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

uma referência para as gerações mais novas. Este Voto de Louvor contém ainda os maiores desejos de felicidades e de longa vida. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 30 de Abril de 2014 _____

____ Os Eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária” _____

____ O membro Duarte Pacheco solicitou a palavra para saudar a bancada da CDU pelo facto de terem formulado o presente voto de louvor e reconhecimento, ainda com a pessoa em vida. Acrescentou que há cerca de 4 ou 5 sessões, a sua bancada havia proposto que o dia do feriado municipal fosse celebrado com a homenagem e entrega de votos de louvor e medalhas de mérito a cidadãos ilustres, como por exemplo aos Senhores António Lopes Bogalho e Amílcar Leitão da Silva, conferindo deste modo alguma dignidade ao dia do feriado concelhio. ____

____ O membro Rui Corado solicitou a palavra para subscrever as palavras do membro Duarte Pacheco. _____

____ Colocado à votação o voto apresentado pela bancada da CDU, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. _____

____ Seguidamente, a membro Cláudia Joaquim, apresentou um requerimento referente à construção do Edifício Multiserviços – Casa Mortuária – 1.ª Fase, que a seguir se transcreve: ____

____ **"REQUERIMENTO** _____

____ **CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTISERVIÇOS - CASA MORTUÁRIA – 1.ª FASE"** _____

____ **ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DISPONIBILIZADA PELO EXECUTIVO AOS DEPUTADOS DO PS** _____

____ **PRINCIPAIS CONCLUSÕES:** _____

____ **1. LANÇAMENTO DO PROCEDIMENTO** _____

____ O presente procedimento foi autorizado em 12 de julho de 2013, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara na Informação designada "Informação para início do procedimento" datada de 12 de junho de 2013 e que consta do processo, tendo para o efeito sido enviado o convite, respetivo caderno de encargos, projeto e demais documentos processuais, por meio de transmissão escrita eletrônica de dados, a apenas um concorrente. _____

____ Nos termos da regra geral vertida no n.º 1 do art.º 62.º do CCP, os documentos que integram a proposta devem ser apresentados diretamente numa plataforma eletrônica utilizada pela entidade adjudicante, através de meio de transmissão escrita e eletrônica de dados. No entanto, transitoriamente, o legislador nos termos do n.º 1 do art.º 9 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, permitiu, durante um ano, a contar da data de entrada em vigor deste diploma, a utilização do suporte papel na apresentação das propostas, sendo que a partir do dia 1 de novembro de 2009, passou a ser obrigatório o recurso da via eletrônica na tramitação dos procedimentos de formação dos contratos públicos em Portugal. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

_____ Saliente-se contudo que relativamente ao procedimento em causa, contrato por ajuste directo, o disposto no nº 1 do artigo 62º e na alínea g) do nº 1 do artigo 115º do Código dos Contratos Públicos permite que, na formação deste tipo de contratos, a apresentação de propostas não seja feita através de plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, mas através de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados, definido no convite dirigido às entidades que se pretende que participem no procedimento, tal como foi efetuado no caso em apreço. _____

_____ No entanto, e no caso de ser adoptada esta solução deveria ter havido um cuidado acrescido na efetiva aplicação dos princípios da transparência, igualdade e da concorrência, especialmente relevantes em matéria de contratação pública (nº 4 do artº. 1º do CCP e art.º 18º da Port. Nº 701-G/2008), situação que no procedimento em causa, salvo melhor opinião poderá não ter acontecido, pois vejamos: _____

- O presente procedimento, no que diz respeito à lista de medições, ao mapa de quantidades de trabalhos e ao orçamento que os serviços técnicos do Município consideraram como base para a definição do valor do procedimento é constituído pela realização de 15 tipos de trabalhos, sendo que cada um destes se encontra definido quanto à natureza dos trabalhos a realizar, bem como quanto às quantidades dos mesmos. _____

De facto, é com esta base que posteriormente deve ser definido um valor unitário para cada um dos artigos e definido o valor base do procedimento. _____

Considerando que deveria ser do conhecimento do concorrente apenas as quantidades associadas aos trabalhos e o valor base do procedimento¹, e que os custos unitários dos mesmos não devem ser do conhecimento dos concorrentes, considera-se, no mínimo estranho e aparentemente de difícil perceção, que o único concorrente convidado a apresentar proposta tenha formalizado a mesma com valores unitários exatamente iguais em 13 dos 15 trabalhos. _____

- Verifica-se por outro lado uma incongruência no documento da Divisão de Obras Urbanismo e Ambiente designado por "Comparação de Propostas a Concurso", folhas n.ºs 87, 88, 89 e 90 do volume referente e designado - Procedimento de Ajuste Direto, no qual era suposto que fosse efetuada a verificação da existência de quantidades e/ou valores divergentes entre as, neste caso, a proposta apresentada e o orçamento/mapa de trabalhos que consta das peças procedimentais. _____

Contudo, analisando este documento, verifica-se que o mesmo apresenta valores diferentes dos existentes na proposta apresentada pelo concorrente (com exceção de 1 dos 15 artigos em que coincide), sendo que, a soma final das parcelas é estranhamente coincidente com o valor de proposta apresentado pelo único concorrente convidado para o presente procedimento. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Parece que estamos perante "estranhas coincidências" ou "lapsos procedimentais". Importa relembrar nesse contexto que em conformidade com o disposto no n.º 4 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro "... À contratação pública são especialmente aplicáveis os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência..." e que o cumprimento desse princípio pressupõe o cumprimento dos procedimentos, das fases, dos circuitos estabelecidos no CCP. _

____ 2. FRACIONAMENTO DA DESPESA PÚBLICA _____

____ Da análise dos documentos disponibilizados não se encontra justificação para o facto de existirem duas fases de obra e consequentemente ter sido autorizado o fracionamento desta despesa. _____

____ Apesar de no processo não constar a indicação do valor dos trabalhos referente à 2.ª fase (ou mais fases) decididas pela autarquia, e deste modo não ser possível verificar-se, se para a "Construção de Edifício Multiserviços - Casa Mortuária" existiria a necessidade ou não da adoção de procedimento diferente do Ajuste direto para toda a obra (valor inferior a € 150.000,00), ou se se procedeu, de forma deliberada e intencional, à desagregação/partição dos trabalhos de uma intervenção, em procedimentos parcelares, com o propósito de se subtrair ao regime legal de unidade da despesa e ao seu fracionamento, em violação do disposto n.º 2, do art.º 16.º e do DL n.º 197/99, atentos os princípios da transparência, igualdade e concorrência, e a necessidade de assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos. _____

____ Contudo, considerando a análise dos elementos que serviram de base ao procedimento, à natureza dos trabalhos realizados e os a realizar, bem como à forma da sua execução, não se consegue entender qual a razão de dois (ou mais) procedimentos, duas empreitadas, que: _____

- Serão realizadas no mesmo local - Rua Dr. Correia Guedes - Sobral de Monte Agraço, freguesia de Sobral Monte Agraço, concelho de Sobral Monte Agraço, distrito de Lisboa; _
- Têm um único objeto e um projeto de arquitetura único - construção de uma Casa Mortuária. _____

____ Certo é que se a despesa total com esta infraestrutura ultrapassar os 150.000 € estaremos perante uma grave infração ao CCP, por fracionamento da despesa e incumprimento do procedimento concursal aplicável. _____

____ 3. REALIZAÇÃO DA EMPREITADA _____

____ Se no decorrer da empreitada foi verificada a necessidade de serem realizados trabalhos que inicialmente não se encontravam previstos, nomeadamente trabalhos relativos a movimentação de terras, com a escavação e abertura de fundações, aplicação de betão de limpeza e fornecimento e aplicação betão armado em sapatas e muro de suporte, que apresentaram um acréscimo de € 8.838,22 + IVA ao valor da empreitada, tendo por razões que não são perceptíveis, sido decidido a não realização de trabalhos da empreitada que ascendiam

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

a € 8.870,46 + IVA (informação n.º 074/2013/DOUA de 11.09.2013 e respetivos anexos - folhas n.ºs 114, 115, 116), não se alcança a razão pela qual no Auto de Vistoria e Recepção Provisória, datado de 12.11.2013 (folhas n.ºs 134 e 135) é referido que se verificou "... que todos os trabalhos previstos no Mapa de Trabalhos que serviu de base à adjudicação da presente empreitada estavam executados...".

Na verdade, importa questionar-se, os trabalhos designados por "Trabalhos a menos", foram, ou não foram executados? Estão, ou não estão realizados, no âmbito da 1.ª fase da "Construção de Edifício Multiserviços -Casa Mortuária"?

Verifica-se que os mesmos não constam como tendo sido realizados nos 3 autos de trabalhos, o que contraria o supra exposto no Auto de Vistoria e Recepção Provisória.

Relativamente aos trabalhos a mais, verifica-se a existência de um aditamento ao contrato referindo a adjudicação destes trabalhos ao mesmo empreiteiro a quem tinha sido adjudicada a 1.ª fase da empreitada, mas desconhece-se se os mesmos foram feitos, não existe qualquer auto de trabalhos que comprove a sua execução, bem como não é perceptível se os mesmos foram recebidos e se se encontravam realizados em conformidade com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis.

Verifica-se a existência da fatura n.º 103, datada de 30.12.2013 (folha 88) que se considera ser referente aos trabalhos a mais, mas que se desconhece se a mesma foi paga, se sobre esta foi feito o devido desconto para efeitos de caução e reforço de caução?

Não existe qualquer informação técnica da Divisão de Obras Urbanismo e Ambiente do Município do Sobral de Monte Agraço que comprove a realização dos trabalhos em causa e se os mesmos foram recebidos.

Face ao exposto, solicitam os deputados do partido socialista uma resposta (na presente reunião ou por escrito) às dúvidas suscitadas pelos deputados do Partido Socialista decorrentes da análise à documentação disponibilizada.

Solicita-se ainda a indicação expressa do custo de despesa total previsto para a totalidade do projeto.

Por outro lado, o "edifício multiserviços – Casa Mortuária" destinar-se-á exclusivamente a Casa Mortuária ou destinar-se-á a outros serviços?

Os deputados do Partido Socialista

¹ Que os técnicos da Divisão de Obras Urbanismo e Ambiente do Município do Sobral de Monte Agraço consideraram na realização das peças procedimentais, veja-se as folhas n.ºs 101 e 102 do caderno e compare-se com as folhas n.ºs 77 e 78 (79 e 80, páginas repetidas) do volume referente e designado - Procedimento de Ajuste Direto -, que dizem respeito e sustentam a proposta apresentada por "MÁRIO PEREIRA CARTAXO, Lda".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ O Senhor Presidente, no seguimento da intervenção da membro Cláudia Joaquim, disse que o requerimento apresentado afinal tem poucas questões para serem esclarecidas, apresenta é muitas considerações, pelo que solicitou a todos os grupos com assento nesta Assembleia Municipal, que sempre que pretendam ver esclarecida alguma questão, o façam em moldes mais precisos e objetivos, através da apresentação de questões claras e concretas. ____

____ O Senhor membro André Lourenço solicitou a palavra para dar conhecimento do sentido de voto do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, aquando da votação do Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação de 2013, na reunião realizada pela Câmara Municipal em 21 de abril de 2014, que a seguir se transcreve: _____

____ *“Declaração de Voto _____*

____ *Pedro Coelho dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, eleito pelo Partido Socialista, atendendo ao Relatório de Avaliação de 2013 relativo ao Estatuto do Direito de Oposição, submetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, para avaliação e votação na reunião do órgão executivo do dia 21 de abril de 2014, vem fazer a seguinte Declaração de Voto: _____*

____ *1. Vem o relatório em questão elencar um conjunto de ações desenvolvidas pela Câmara Municipal para procurar demonstrar o respeito que a CDU, força maioritária no executivo municipal de Sobral de Monte Agraço tem pelas restantes forças políticas, às quais, recorde-se, não está atribuído qualquer pelouro. De entre essas ações, refere-se que “os titulares do direito de oposição do Município de Sobral de Monte Agraço foram sendo regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal”. _____*

____ *Em bom rigor, bastando para tal uma leitura da Ordem do Dia das reuniões da Câmara Municipal, a esmagadora maioria dos assuntos que constam da agenda das reuniões por imposição legal, pois cabe àquele órgão a sua avaliação e votação, podendo mesmo dizer-se que as reuniões do executivo realizam-se por um mero formalismo legal. Está mesmo o Vereador eleito pelo Partido Socialista em crer que não existisse essa obrigatoriedade e o órgão executivo nem sequer reuniria formalmente, tal é o entendimento que a CDU faz da gestão da autarquia: uma gestão do tipo “quero, posso e mando”, em que a oposição se quer mansa, desvirtuando-se as regras da democracia por uma usurpação total daquilo que é a maioria absoluta que lhe foi transmitida pelos eleitores nas eleições autárquicas de setembro de 2014. _*
Em bom rigor também, o Senhor Presidente da Câmara Municipal presta muitas das vezes a informação que no Relatório se refere a pedido dos vereadores dos partidos da oposição, os quais procuram inteirar-se dos principais problemas que afetam o Concelho e a gestão autárquica. Não posso, portanto, concordar com esta avaliação; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ 2. Afirmar-se também que “aos eleitos locais foram asseguradas a promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, através de afixação de editais nos lugares de estilo e publicitados na página eletrónica do Município” é revelador da atitude da CDU face aos autarcas das demais forças políticas. Quisesse o Senhor Presidente e demais vereadores com pelouros manter efetivamente informados os restantes membros do executivo e essas decisões de deliberações ser-lhes-iam dadas a conhecer de uma outra forma que não através da afixação de editais, pois quer a CDU queira ou não, os eleitos locais receberam um mandato dos eleitores, representam-nos nos vários órgãos autárquicos, e como tal deverão ter acesso à informação por via dedicada e não através de outras formas de comunicação; _____

____ 3. Aliás, não pode deixar-se de colocar a seguinte questão: porque entendeu o Senhor Presidente, no início do seu atual mandato, dar a conhecer aos vereadores da oposição de algumas das suas deliberações (designação dos membros dos gabinetes de apoio político aos elementos do executivo com pelouros) e não o faz com todas? A resposta, arrisca-a o vereador do Partido Socialista: porque há que dar a ideia que se governa com transparência, com abertura e com respeito pela oposição, quando na realidade a postura é, na opinião do vereador eleito pelo Partido socialista, completamente diferente; _____

____ 4. Refere ainda o relatório em questão que “no âmbito do direito de participação, o Presidente da Câmara e os Vereadores com funções atribuídas, sempre providenciaram por, em tempo, remeter aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal as informações relevantes e os correspondentes convites a estarem presentes e/ou participarem nos atos, eventos e atividades oficiais que, pela sua natureza, se justificassem. As informações e convites respeitaram quer a acontecimentos promovidos pela Câmara Municipal, quer a outros em que o Município foi convidado a intervir”. _____

____ Nem sempre assim é, e aqui ficam alguns exemplos: _____

- o almoço de Natal promovido pelos Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço, ocorrido em dezembro de 2013, de cuja realização o vereador eleito pelo Partido Socialista apenas teve conhecimento após a sua realização, já que o convite que lhe foi endereçado foi colocado na respetiva gaveta do móvel da sala de sessões, sem o cuidado prévio de um contato para informar que teria sido recebida correspondência que lhe era endereçada. _____

- a reunião com as coletividades do concelho, que teve lugar no início deste ano, na qual apenas estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal e vereadores com pelouros atribuídos. Uma vez mais, por muitas explicações que queiram ser dadas em sentido contrário, o objetivo é colocar ausentes de todo e qualquer fórum de discussão os vereadores da oposição. _

- a cerimónia de atribuição, realizada no passado dia 22 de março, de 32 bolsas de estudo jovens do concelho que frequentam o ensino superior. Sendo bolsas atribuídas pela Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Municipal, todo o executivo deveria estar presente, e não apenas, uma vez mais, os ilustres autarcas da CDU. Também aqui o objetivo é claro: afastar a oposição de qualquer palco de contato com as associações do concelho, não vá esta aparecer incomodamente na fotografia;__

5. Refira-se ainda que, e tal deveria ser expressamente referido no Relatório em questão, apesar da insistência junto do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o vereador eleito pelo Partido Socialista não dispõe sequer de gabinete de trabalho. Passados já mais de seis meses desde a entrada em funções do atual executivo, é inadmissível que esta situação não esteja ainda resolvida, pois está assim criado um obstáculo real e objetivo para que o signatário desta Declaração de Voto possa assumir com melhores condições o mandato que lhe foi atribuído por quase um terço dos eleitores. _____

_____ As promessas que têm sido feitas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal não passam disso mesmo: promessas, sendo que são já várias e a última passa por atribuir um gabinete de trabalho fora do edifício dos Paços do Concelho, junto à copa dos funcionários da autarquia, quando esta vier a ser criada. Fica assim perfeitamente bem demonstrada a vontade do Senhor Presidente da Câmara Municipal em dar ao Vereador eleito pelo Partido Socialista as condições de trabalho que estão aliás previstas na legislação em vigor. _____

_____ Bastava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal olhasse para as condições de trabalho que algumas das autarquias com gestão CDU dão aos vereadores da oposição para corar de vergonha. Sobral de Monte Agraço é, também neste particular, uma ilha; _____

_____ Por tudo isto, não pode o Vereador eleito pelo Partido Socialista concordar com o Relatório submetido ao executivo. A realidade é bem diferente daquela pintada no documento em questão, pois apenas se procura dar a aparência de respeito à Oposição, quando na realidade a CDU mantém os tiques e a postura de total autoritarismo e absolutismo, gerindo a autarquia como se de um autêntico feudo se tratasse. _____

_____ Como tal, o Vereador eleito pelo Partido Socialista vota contra o Relatório de Avaliação de 2013 relativo ao Estatuto do Direito de Oposição. _____

_____ Agradeço que esta Declaração de Voto seja anexa ao Relatório em questão. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 21 de abril de 2014. _____

_____ Pedro Coelho dos Santos, Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista.” _____

_____ O membro André Lourenço disse que a bancada do PS subscrevia a declaração de voto apresentada pelo Sr. Vereador do PS na Câmara Municipal. _____

_____ O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do membro André Lourenço, tendo comentado que cada membro da Assembleia Municipal era dotado de capacidade para elaborar os seus próprios textos, não sendo por isso necessário subscrever textos de outros, apresentados noutro órgão autárquico. Lamentou, ainda, o facto do texto que foi lido pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

membro André Lourenço, não apresentar qualquer justificação, ainda que mínima, para a falta injustificada do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, à reunião onde foram discutidos e aprovados os documentos previsionais do Município para o ano de 2014. _____

____ Neste momento o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos solicitou a palavra, invocando a defesa da honra, tendo referido, em primeiro lugar, que tal como todos os membros quer do órgão executivo, quer do órgão deliberativo, podia dar as faltas que entendesse, justificá-las ou não, pois, como todos sabem, existem entidades competentes para averiguar estas situações e darem o andamento devido às mesmas. Referiu que, em sede própria, tinha apresentado a sua justificação e que a mesma havia ficado registada na ata da reunião da Câmara Municipal do dia 18 de março de 2014. Por fim, voltou a afirmar que poderia faltar às reuniões da Câmara Municipal sempre que entendesse, não tendo que “prestar contas” ao Senhor Presidente da Assembleia. _____

____ O Senhor Presidente, na sequência das palavras do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que também não lhe tinha pedido qualquer justificação. _____

____ **Ordem do Dia:** _____

____ Seguidamente o Senhor Presidente solicitou ao Primeiro Secretário da Assembleia Municipal para proceder à leitura da ordem do dia para a presente sessão, da qual constam os seguintes pontos: _____

____ **Ponto Um:** Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 28 de fevereiro de 2014; _____

____ **Ponto Dois:** Apreciação de uma informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos do disposto na al. c), do n.º 2, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____

____ **Ponto Três:** Nomeação do Auditor Externo – art. 77.º da Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013, de 03 de setembro); _____

____ **Ponto Quatro:** Discussão e votação dos documentos de prestação de contas referente ao exercício económico de 2013, de acordo com o disposto na al. I), do n.º 2, do art. 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro; _____

____ **Ponto Cinco:** Declaração de Interesse Municipal – Requerimento apresentado por Virgiaves, Produção, Transformação e Comércio de Aves, Lda; _____

____ **Ponto Seis:** Outros assuntos de interesse do Município. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Um. _____

____ **Aprovação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada a 28 de fevereiro de 2014** _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ O membro André Lourenço solicitou a palavra para informar que a ata tinha uma imprecisão, designadamente, no que concerne a uma iniciativa que se pretendia levar a efeito pelo Clube Sénior. Disse que, na primeira reunião do executivo camarário, foi abordada, a propósito do Clube Sénior, uma situação que se prendeu com o facto de ter sido vetada a participação do Senhor Vereador, eleito pelo PS, como orador numa palestra sobre emergência médica. Disse que, como se pode verificar na ata da última sessão da Assembleia Municipal, também esta questão tinha sido abordada e ainda não estava devidamente esclarecida, pelo que perguntou se a ata seria colocada à votação na versão distribuída. _____

____ O Senhor Presidente, na sequência da intervenção do membro André Lourenço, informou que a ata seria colocada à votação conforme havia sido distribuída. _____

____ O membro Duarte Pacheco informou que se iria abster de votar a referida ata em virtude de não ter estado presente. Alertou para o facto de que quem esteve presente naquela sessão, em sua substituição, tinha sido a membro Mariana Melícias e não o membro Augusto Reis. _____

____ O membro André Lourenço referiu, ainda, que o seu nome não constava do registo das presenças, havendo, no entanto intervenções de sua autoria ao longo da mesma. _____

____ O Senhor Presidente, face ao exposto, sugeriu que as alterações ficassem registadas na ata da presente reunião. _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção do PSD, do membro Duarte Pacheco, e uma abstenção da CDU, da membro Carla Alves, por não terem estado presentes na referida sessão, aprovar, depois de lida em voz alta, a ata da sessão de 28 de fevereiro. _____

____ Seguiu-se o Ponto Número Dois. _____

____ **Apreciação de uma informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos do disposto na al. c), do n.º 2, do art. 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro** _____

____ **"INFORMAÇÃO DO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA AL. C), DO N.º 2, DO ART. 25.º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** _____

____ **RHLT - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E PATRIMONIAL DAS LINHAS DE TORRES VEDRAS** _____

____ *A Rota Histórica das Linhas de Torres constituiu-se numa associação designada de Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras. Esta associação, de direito privado e sem fins lucrativos, substituiu a atual PILT – Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres.* _____

____ *No passado dia 11 de abril, na sala de sessões da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, decorreu a cerimónia de constituição da associação, com a assinatura da escritura em* _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



que estiveram presentes os representantes dos seis municípios que são os sócios fundadores (Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira). De referir ainda que os Estatutos da associação contemplam a possibilidade de integrar outras entidades públicas e privadas como associados. _____

_____ Com sede no Centro de Interpretação das Linhas de Torres, em Sobral de Monte Agraço, esta associação, tem como missão a defesa e valorização do património cultural, ambiental, histórico e urbanístico, relacionado com as Linhas de Torres, com vista à concretização dos seguintes objetivos: intercâmbio de experiências entre associados, nomeadamente ao nível da conservação do património; planificação e desenvolvimento de uma política de produção e promoção turística; planificação estratégica de uma política cultural; regulamentação e gestão da marca RHLT; promoção da consciencialização da importância histórica e patrimonial deste Monumento; e fomento económico para a população, promovendo o seu envolvimento interativo. _____

_____ PRÉMIO EUROPA NOSTRA _____

_____ A Rota Histórica das Linhas de Torres é um dos 27 projetos vencedores do prémio Europa Nostra 2014, na categoria "Conservação". _____

_____ Este prémio constitui uma distinção atribuída pela União Europeia e pela Rede Europa Nostra, no que se refere à preservação e defesa do património cultural Europeu, que vem reconhecer o trabalho desenvolvido no que concerne à salvaguarda e valorização do sistema defensivo conhecido por Linhas de Torres. A candidatura foi apresentada no passado mês de setembro e a atribuição deste prémio evidencia o reconhecimento internacional da intervenção levada a cabo neste património, assumindo-se o mesmo como um destino turístico e cultural de qualidade. _____

_____ Decorreu até ao dia 22 de abril uma votação online para a atribuição do Grande Prémio do Público. O vencedor será anunciado na Cerimónia de Entrega de Prémios do Património Europeu, que terá lugar no dia 5 de maio, em Viena (Áustria). _____

_____ COMEMORAÇÕES DO 40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL _____

_____ O Município de Sobral de Monte Agraço manteve vivo o espírito de Abril levando a cabo um diversificado programa comemorativo dos 40 anos deste importante feito da História de Portugal. Uma vez mais, associaram-se às iniciativas, as Freguesias, Associações e Coletividades do Concelho e muita população que saiu à rua para comemorar a Liberdade. Salienta-se a importância de, numa época de retrocesso social, se exigir a reposição dos direitos conquistados com a Revolução dos Cravos. _____

_____ OBRAS MUNICIPAIS _____

_____ > Conclusão da repavimentação da Estrada Municipal de Seramena a Casais de Santo Quintino; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ > *Reparação de valetas e regularização de depressões no pavimento de vias municipais, em diversas localidades do Concelho, bem como à regularização/nivelamento de um conjunto de tampas de saneamento;* _____

____ > *Construção de passeio na Av. Marques de Pombal e ligação ao parque de estacionamento de apoio ao mercado municipal;* _____

____ > *Construção de passeio na Avenida das Linhas de Torres;* _____

____ > *Pintura da estação elevatória de Santo Quintino e em diversos reservatórios de água do Concelho;* _____

____ > *Reposição de pavimento na Estrada de Casal das Coutadas.* _____

____ **CASA MORTUÁRIA, PARQUE DE ESTACIONAMENTO E ESPAÇO ENVOLVENTE** _____

____ *Encontram-se a decorrer os prazos legais referentes ao Concurso Público para a requalificação do espaço envolvente.* _____

____ *Termina no dia 28 de Abril o prazo para a entrega de propostas relativas ao procedimento para a construção da 2ª fase desta obra.* _____

____ *Sobral Monte Agraço, 28 de abril de 2014* _____

____ *O Presidente da Câmara, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º* _____

____ *Anexa à informação transcrita, foi também disponibilizada informação financeira, informação das atividades dos serviços e relatório de execução do PAEL.* _____

____ *Seguiu-se o Ponto Número Três.* _____

____ **Nomeação do Auditor Externo – art. 77.º da Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013, de 03 de setembro)** _____

____ *Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 29 de abril de 2014, relativa ao assunto em epígrafe:* _____

____ **“CERTIDÃO N.º 26/2014** _____

____ *Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 17 de março de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor:* _____

____ **“II - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **Um.dois – Nomeação do Auditor Externo – artigo septuagésimo sétimo da Lei das Finanças Locais** _____

____ **Deliberação:** *A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Gomes Marques e Carlos Alexandre – Sociedade de Revisores Oficiais de*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Contas”, inscrita na respetiva Ordem sob o número cento e trinta e sete e com sede social no Edifício CREL – Bela Vista, Rua da Tascôa, número dezasseis, piso dois, sala P, Massamá – Sintra, de acordo com o disposto no artigo septuagésimo sétimo da Lei setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro – Lei das Finanças Locais”.

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços.

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 29 de abril de 2014.

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite.”

____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

____ “ **PROPOSTA**

____ **Nomeação do Auditor Externo - art. 77.º da Lei das Finanças Locais**

____ **Considerando que:**

- a) Nos termos do art. 77.º, n.º 1, da Lei 73/2013, de 03 de setembro – Lei das Finanças Locais (LFL) - o auditor externo é responsável pela certificação legal das contas;
- b) Determina, ainda, o mesmo art. 77.º, n.º 1 da LFL que o auditor externo é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas;
- c) Por deliberação datada de 03 de fevereiro de 2014, a Câmara Municipal deliberou emitir parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença com **Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC**, cujo objeto visa a auditoria externa das contas do Município, por um período inicial de 24 meses renovável por um período de 23 meses, ou seja até ao final de 2017 (data do terminus do atual mandato autárquico);
- d) Decorrida a tramitação do procedimento de ajuste direto, previsto no CCP, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, na sua reunião ordinária de 17 de março de 2014, deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Gomes Marques e Carlos Alexandre – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, inscrita na respetiva Ordem sob o n.º 137 e com sede social no Edifício CREL – Bela Vista, Rua da Tascôa, n.º 16, piso 2, sala P, Massamá – Sintra, de acordo com o disposto no art. 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais;
- e) Nos termos do art. 128.º, n.º 2, al. a) do Código do Procedimento Administrativo, pode ser atribuída eficácia retroativa aos atos administrativos que não lesem direitos ou interesses legalmente protegidos de terceiros, desde que à data a que se pretende fazer remontar a eficácia do ato já existissem os pressupostos justificativos da retroatividade;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- f) A atual Lei das Finanças Locais entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014 e estabelece como imperativo legal a certificação legal das contas dos Municípios por Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (art. 77.º da LFL), sendo que a nomeação do auditor externo pela Assembleia Municipal deverá, no presente caso, retroagir os seus efeitos à data de início de vigência do contrato (1/2/2014), atendendo a que esta deliberação é condição de eficácia do mesmo (art. 287.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos). _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere aprovar a nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "Gomes Marques e Carlos Alexandre – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas", inscrita na respetiva Ordem sob o n.º 137 e com sede social no Edifício CREL – Bela Vista, Rua da Tascôa, n.º 16, piso 2, sala P, Massamá – Sintra, de acordo com o disposto no art. 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais, atribuindo à deliberação efeitos retroativos à data de início de vigência do contrato de acordo com o disposto no art. 128., n.º 2, al. a) do Código do Procedimento Administrativo 287.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 22 de abril de 2014 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr." _____

_____ O membro André Lourenço, com a anuência do Senhor Presidente, informou que a bancada do Partido Socialista, referente ao ponto três da ordem do dia iria proceder à leitura de um requerimento que se transcreve: _____

_____ **"REQUERIMENTO** _____

_____ **No que se refere ao Ponto 3 da Ordem do Dia: "Nomeação do Auditor Externo" e considerando que:** _____

- ✓ Nos termos do Artigo 77.º "Certificação legal de contas" da Lei 73/2013, de 3 de setembro, no seu n.º 1 "O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é **nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo**, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas." _____
- ✓ Nos termos da alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, compete ao auditor externo que procede anualmente à revisão legal das contas, entre outras atribuições, "remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira"; _____
- ✓ De acordo com a alínea c) da Proposta apresentada pelo município, a Câmara Municipal deliberou emitir parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença com "Gomes Marques, Carlos Alexandre & Associada, SROC", em 3 de fevereiro de 2014; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

✓ De acordo com a alínea d) da mesma Proposta apresentada decorreu a tramitação do procedimento de ajuste direto, previsto no CCP, tendo a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberado, em 17 de março de 2014, por unanimidade submeter à aprovação da AM. _____

____ Face ao exposto, e no âmbito do ponto da ordem do dia em análise, os deputados eleitos do Partido Socialista para esta Assembleia Municipal vêm: _____

1. Requerer, em primeiro lugar, o cumprimento da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, ou seja, a disponibilização à Assembleia Municipal da informação sobre a situação económica e financeira, que semestralmente o auditor externo está vinculado a remeter aos órgãos executivo e deliberativo". _____
2. No que respeita à proposta em apreciação, importa referir alguns aspetos, que resultam da lei em vigor e que parecem não resultar da informação apresentada: _____
 - De acordo com a Lei de Finanças Locais, o auditor externo é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo. _____
Ou seja, o órgão executivo propõe ao órgão deliberativo a nomeação, sendo que a adjudicação só deve ser efetuada, ou só produz efeito, mediante deliberação favorável da AM. _____
 - Por outro lado, é referido um "parecer prévio vinculativo" do Presidente de Câmara, sendo que subentendemos que se esteja a referir o "Parecer Genérico Favorável à celebração de contratos de prestação de serviços", nos termos da Portaria n.º 53/2014, de 3 de março. ____
Nesse caso, estamos perante um parecer que não é "vinculativo" no sentido de "obrigatoriedade" de adjudicação, mas à contrário é necessário para que essa adjudicação possa ser concretizada. _____

____ Dito isto, e face ao exposto estamos perante uma situação que, ao contrário do que a lei prevê, em que a AM deve deliberar, sobre proposta do executivo, a nomeação do auditor externo, devendo a adjudicação ser efetuada posteriormente, estamos perante uma situação em que a adjudicação é efetuada primeiro e só depois é submetido à AM, para mera ratificação do ato. _____

____ Ora este procedimento só é admissível em situações verdadeiramente excecionais, de urgência fundamentada, em que não seria possível ao órgão executivo antever a necessidade de realização da contratação. _____

____ Não é claramente o caso, uma vez que o órgão executivo conhecia a data em que o auditor externo teria que iniciar as suas funções, devendo por esse motivo ter antecipado a apresentação da presente proposta em reunião anterior da AM. _____

____ Assim os deputados do Partido Socialista consideram não só que a informação disponibilizada é insuficiente para que a AM possa autorizar a presente proposta de adjudicação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

de serviços, como consideramos que não é aceitável que seja submetido apenas para mera ratificação do ato já praticado. _____

_____ Considerando que é frequente nesta AM, a apresentação de propostas por parte do órgão executivo, de atos/adjudicações consumadas, as quais carecem apenas de ratificação, os deputados do Partido Socialista solicitam ao Senhor Presidente de Câmara informação dos serviços que apresente os fundamentos legais para tal procedimento. _____

_____ Os deputados do Partido Socialista” _____

_____ Com a anuência do Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Câmara informou que a informação semestral apenas seria elaborada a partir do mês de junho, sendo que a proposta apresentada visava apenas atribuir efeitos retroativos à data de início do referido contrato. _____

_____ A membro Cláudia Joaquim, na sequência das palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que se tinha realizado uma sessão da Assembleia Municipal no mês de fevereiro, data em que poderia ter sido apresentada a proposta agora em apreciação. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara referiu que, à data da realização da Assembleia Municipal de fevereiro, o processo não estava concluído e que não se iria efetuar uma sessão extraordinária apenas para tratar desta matéria. _____

_____ O Senhor Presidente da Assembleia disse que, por norma, não concordava com a apresentação de propostas em que a decisão já estava tomada, no entanto, haviam situações excecionais, como no caso presente que era necessário ter em conta. _____

_____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com quatro votos contra do PS e três abstenções, duas do PPD/PSD e uma do CDS/PP, aprovar a nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Gomes Marques e Carlos Alexandre – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, inscrita na respetiva Ordem sob o n.º 137 e com sede social no Edifício CREL – Bela Vista, Rua da Tascôa, n.º 16, piso 2, sala P, Massamá – Sintra, de acordo com o disposto no art. 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais, atribuindo à deliberação efeitos retroativos à data de início de vigência do contrato de acordo com o disposto no art. 128.º, n.º 2, al. a) do Código do Procedimento Administrativo 287.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Quatro _____

_____ **Discussão e votação dos documentos de prestação de contas referente ao exercício de 2013** _____

_____ Foi presente a Certidão da Câmara Municipal, de 29 de abril de 2014, relativa ao assunto em epígrafe: _____

_____ **“CERTIDÃO N.º 24/2014** _____

_____ Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Sobral de Monte

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Agraço, certifica que da ata devidamente aprovada, sob forma de minuta, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada no dia 25 de abril de 2014, consta uma deliberação do seguinte teor: _____

____ **"II - ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

____ **1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

____ **1.1 – Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas referente ao Exercício de 2013** _____

____ **Deliberação:** A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com três votos a favor da CDU, uma abstenção do PS e um voto contra da Coligação "Juntos pela Nossa Terra", aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto na al. i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas anexos à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

Mais deliberou, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas anexos à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, de acordo com o estipulado na al. l), do n.º 2, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

Deliberou, ainda, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do disposto na al. ww) do n.º 1 do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da Lei, as contas do Município". _____

____ Por ser verdade, passo a presente certidão, que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nestes Serviços. _____

____ Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 29 de março de 2014. _____

____ A Coordenadora Técnica, assinado, Raquel Leite." _____

____ Feita a sua leitura, o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: _____

____ **" PROPOSTA** _____

____ **Discussão e votação dos documentos de prestação de contas referente ao exercício de 2013** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) Nos termos do disposto na al. j), do n.º 1, do art. 35.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Presidente da Câmara submeter à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas; _____
- b) Nos termos da al. i), do n.º 1, do art. 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo; _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

- c) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço aprovou, na sua reunião ordinária de 21 de abril de 2014, por maioria, com um voto contra do Vereador da Coligação "Juntos pela Nossa Terra" e uma abstenção do Vereador do PS, nos termos e para os efeitos do disposto na al. i), do n.º 1, do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas anexos à presente proposta, dela fazendo parte integrante, tendo, ainda, deliberado, por unanimidade, submeter estes documentos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na al. l), do n.º 2, do art. 25.º do diploma citado.

Propõe-se que:

A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, nos termos e para os efeitos do disposto na al. l), do n.º 2, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao exercício económico de 2013, anexos à presente proposta, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos.

Sobral de Monte Agraço, 22 de abril de 2014

O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr."

O Senhor Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente, procedeu à leitura de uma informação para esclarecer algumas questões que pudessem existir relativamente aos documentos em apreciação, a qual a seguir se transcreve:

"Prestação de Contas

O presente relatório reporta-se ao exercício económico e financeiro respeitante ao ano de 2013. Assim, neste documento descreve-se e sintetiza-se a atividade desenvolvida do Município de Sobral de Monte Agraço no ano transato.

A análise a um documento de gestão autárquica não poderá ser dissociada do contexto de acentuada crise económica e social do país. Não obstante as dificuldades crescentes, que se têm feito sentir na vida das autarquias locais, a Câmara Municipal não se tem alheado da difícil e problemática situação em que as famílias se encontram, desenvolvendo um trabalho junto dos grupos mais vulneráveis, concretizado com medidas ajustadas à nossa realidade, de forma discreta e eficaz.

No ano de 2013, apesar de todas as condicionantes, foi ainda possível investir em importantes infraestruturas para o Concelho.

Grande intervenção na Escola EB 1 - Pero Negro

1ª fase da construção de "Edifício Multisserviços – Casa Mortuária"

Reparação e repavimentação (parcial) da Estrada Seramena/Vermões

Repavimentação da Estrada de Chã / Fetais

Continuação da implementação do "Plano de Acessibilidades da Vila"

Requalificação urbanística do cruzamento de Pontes de Monfalim

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

____ Prolongamento de coletores de águas pluviais, designadamente, na Av. das Linhas de Torres e prolongamento da rede na Rua dos Combatentes da Pátria _____

____ Em 2013 iniciaram-se os trabalhos preparatórios do novo PDM, tendo sido elaborado o Relatório de Fundamentação da Revisão do Plano Diretor Municipal, um importante instrumento de planeamento e ordenamento do território, fundamental na estratégia de desenvolvimento do Concelho. _____

____ No ano de 2013, apesar dos significativos cortes por parte da Administração Central, por um lado e o pagamento tardio de algumas verbas protocoladas, por outro, o Município manteve a Educação como uma área privilegiada de atuação, mantendo o nível de apoio às famílias, que nalguns casos foi reforçado. Ex: _____

____ AECS no 1º ciclo; adaptação ao meio aquático (pré-escolar); duas centenas e meia de crianças apoiadas através da ação social escolar; serviço de terapia da fala e psicologia, entre outras medidas de apoio às famílias. _____

____ Na cultura: _____

- O CILT contou com 2000 visitantes; _____

- 45 visitas guiadas ao circuito de Alqueidão, que envolveram 1500 visitantes; _____

- A Biblioteca conta com mais de 4000 leitores inscritos, tendo-se realizado, no ano de 2013, 25 000 atendimentos e mais de 11 000 empréstimos de documentos; _____

- O cine teatro contou com 57 eventos nos quais participaram 6500 espectadores; _____

____ Na intervenção social colaborámos e mantivemos ativos diversos projetos: _____

- Apoio aos Cuidados Continuados; _____

- PCAAC- programa de apoio alimentar a carenciados, passando o Município a ser um pólo receptor; _____

- Loja solidária; _____

- Cartão Sobral Sénior; _____

- Clube Sobral Sénior Ativo; _____

- Banco Local de Voluntariado; _____

- Rede Social; _____

- Gabinete de Inserção Profissional (8 000 atendimentos) _____

____ Foram enunciados alguns exemplos da componente de serviço público que, no âmbito da sua intervenção, o Município presta à população. _____

____ Numa análise aos documentos de prestação de contas, há a tentação de se enveredar por uma perspetiva assente numa lógica puramente empresarial de receita vs despesa. _____

____ Este tipo de análise deturpa a nobre missão do trabalho desenvolvido por uma autarquia local, uma vez que a prossecução da defesa do interesse público não é mensurável. _____

____ No que diz respeito aos números, salienta-se: _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



Execução Orçamental

Quanto à execução orçamental, apesar do exercício económico de 2013 ficar marcado por uma continuada política de austeridade, com forte impacto nas receitas municipais, salientamos, o grau de execução orçamental da receita, que se situou nos 88,06%, e o grau de execução orçamental da despesa, que atingiu os 86,34%.

Acresce que, no que respeita às receitas, verificamos que a taxa de execução das receitas correntes foi de 89,61% e as receitas de capital 78,63%.

Por outro lado, no que respeita à despesa, verifica-se que a despesa corrente apresenta um grau de execução de 90,51% e a despesa de capital, uma execução ligeiramente mais baixa, na ordem dos 63,29%.

Estes números revelam, por um lado, uma boa execução orçamental durante o exercício económico em análise e, por outro lado, o rigor adotado aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Endividamento do Município

Relativamente ao endividamento líquido do Município para 2013, o limite foi estabelecido, em 2011, por um artefacto administrativo, muito abaixo daquele que resulta da aplicação da Lei das Finanças Locais.

A título de exemplo, no decorrer do exercício de 2011, passámos de um limite de endividamento de 5.870.000 € – cinco milhões oitocentos e setenta mil euros -, fixado de acordo com a Lei das Finanças Locais para o montante de 2.390.250 € - dois milhões trezentos e noventa mil duzentos e cinquenta euros (MAPA DGAL). Em 2013, o montante de endividamento pela Lei das Finanças Locais em vigor era de 4.804.987,00€, sendo que pelas novas regras decorrentes da Lei do Orçamento de Estado, o montante estabelecido pelas DGAL era de 3.222.741,00€ (três milhões, duzentos e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e um euros).

Mesmo com esta limitação, certo é que o Município que começou o ano em excesso de endividamento (cerca de 200.000,00€) termina o ano com uma margem de endividamento de 218.000,00€.

Por último e ainda relativamente ao endividamento importa salientar que durante o ano de 2013 não foi contratado qualquer empréstimo de médio/longo prazo ou qualquer empréstimo de curto prazo.

Resultado líquido do exercício

Torna-se pertinente a abordagem desta temática que de forma recorrente é confundida com prejuízo e por essa razão continua a ser amplamente debatida (nem sempre com o rigor que merece).

Importa tecer uma breve explanação quanto ao Resultado Líquido do Exercício que, no ano de 2013, apresenta um valor de 1.222.127,00€ (um milhão, duzentos e vinte e dois mil,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

cento e vinte e sete euros), devendo-se este resultado, essencialmente, ao elevado peso das amortizações do exercício, cujo valor ascendeu a cerca de 2.578.143,00€ (dois milhões e quinhentos e setenta e oito mil, cento e quarenta e três euros), decorrente do cumprimento, por parte da Autarquia, do estipulado no POCAL relativamente à inventariação de património. De salientar que o resultado líquido sem amortizações e provisões seria de 1.364.051 (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e um euros) positivos. _____

____ Certo é que as amortizações do exercício influenciam decisivamente o montante do resultado contabilístico do Município. _____

____ Efetivamente, se as mesmas não fossem contabilizadas como custos, o resultado seria positivo. _____

____ Importa referir, no entanto, que as amortizações não correspondem a saídas de fundos do Município durante o exercício. _____

____ Trata-se duma técnica contabilística que pretende medir a perda de valor ocorrida em cada período por parte dos bens e equipamentos de duração plurianual, devido ao respetivo uso, fruição e funcionamento no âmbito da função que lhes está atribuída nas atividades desenvolvidas pelo Município. _____

____ É assim evidente que não existe qualquer incompatibilidade entre a apresentação em simultâneo duma execução orçamental equilibrada (confronto entre receitas cobradas e despesas pagas) e de um prejuízo contabilístico referente ao mesmo período. _____

____ Acresce ainda que a referida técnica contabilística de imputação a cada período da perda de valor dos bens e equipamentos se baseia na utilização de estimativas, nomeadamente quanto ao número de anos durante os quais cada item é suscetível de utilização. _____

____ No âmbito do POCAL a referida estimativa é substituída pela aplicação das taxas de amortização previstas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), as quais poderão não se adequar ao efetivo prazo de utilização de cada item em concreto, o que não sucede tão infrequentemente quanto isso. _____

____ Conclusão _____

Para concluir, não podemos deixar de referir que os resultados aqui apresentados, embora aquém do que desejaríamos, refletem o trabalho desenvolvido durante o ano transato e o rigor que caracterizou a gestão municipal. _____

____ Sobral de Monte Agraço, 21 de abril de 2014 _____

____ O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

____ A membro Cláudia Joaquim disse que a bancada do PS tinha algumas questões que gostava de ver esclarecidas, tendo, no entanto, salientado a elevada taxa de execução de receitas que classificou como sendo um aspeto muito positivo dos documentos em apreciação. Continuando a sua intervenção, disse que os documentos se encontram devidamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

certificados, pelo Revisor Oficial de Contas, mas que o parecer elaborado por esta entidade apresenta algumas reservas, pelo que quis saber que reservas eram estas, nomeadamente as que se referem às imobilizações em curso. Salientou, ainda, outros aspetos referentes aos documentos de prestação de contas, designadamente, o mapa da contratação administrativa, no qual se podia constatar que o Município utilizou, predominantemente, os procedimentos de ajustes diretos no que à contratação administrativa diz respeito. Relativamente a esta situação disse que a legislação em vigor permite adjudicações a um mesmo concorrente até ao limite dos €150.000,00, no entanto, o que é possível constatar é que foram adjudicadas à mesma empresa várias obras, ultrapassando estas o valor estipulado por lei, pelo que perguntou qual a justificação para a atribuição de diversos contratos ao mesmo adjudicatário. Solicitou esclarecimentos relativamente aos valores apresentados no balanço - € 2.897.000,00 -, tendo perguntado se os números ali expressos diziam ou não respeito a empréstimos e a que é que se deve a diferença entre este valor e o valor do endividamento total - € 3.527.000,00. Referindo-se às despesas correntes, registou o aumento de 43% na aquisição de bens e serviços, admitindo que esta situação se poderá ficar a dever, em parte, ao PAEL. Neste sentido, perguntou qual a parcela respeitante ao empréstimo do PAEL. Referiu, ainda, a despesa orçamental por orgânica, dizendo que onde ela é mais expressiva é na DOUA (47%) e na DECAS (23,5%). _____

____ Sobre os documentos, disse que os mesmos espelhavam as opções políticas do executivo, opções nas quais o grupo do PS não se revia. Por fim, sugeriu que, dentro do orçamento ainda disponível, fossem encontradas parcerias e sinergias que permitissem desenvolver mais e melhor o nosso Concelho. _____

____ O membro Duarte Pacheco solicitou a palavra, tendo referido que o relatório de gestão espelhava a difícil situação financeira com que o Município se debate e que é, também, consequência da grave crise que o País atravessa. Disse que as contas públicas há muito que necessitavam de ser consolidadas e que as Autarquias Locais, dada a autonomia que possuem, gastaram, por vezes, mais do que podiam, sendo que e por essa razão, algumas se encontram em situação de grave desequilíbrio e a sofrer as consequências das suas ações. Acrescentou que, independentemente das imposições e das políticas governamentais, as opções tomadas foram sempre da responsabilidade de cada Autarquia que face à sua autonomia financeira é exclusivamente responsável pelos seus orçamentos. Assim, e face à atual situação económica, a gestão de uma Autarquia é, necessariamente, mais difícil do que antigamente. Todavia, não deixava de constatar que, no ano de 2013, a Autarquia de Sobral tinha beneficiado de um aumento dos impostos municipais, salientado a percentagem de aumento relativamente a cada um deles. Considerando que as taxas destes impostos eram fixadas anualmente pela Autarquia, disse que não lhe parecia correto estarmos a criticar o Estado pelo enorme aumento de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

impostos, quando a própria edilidade podia ter tido alguma influência no sentido de reduzir aqueles que lhe dizem respeito e nada fez nesse sentido. _____

_____ Salientou a diminuição do valor do endividamento, facto que era de louvar, mas que devia ser dada alguma atenção aos resultados negativos que transitaram do ano anterior. Por fim, pediu alguns esclarecimentos relativamente aos valores de algumas rubricas, nomeadamente, aos resultados extraordinários, ao aumento com os custos o pessoal, assim como a rubrica de aquisição de bens e serviços. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que era político e não técnico e que o documento apresentado era técnico, resultando, no entanto, das opções políticas do executivo. Assim, referiu que estava à vontade para discutir e responder às questões que pudessem ser colocadas relativamente às opções políticas, todavia e no que respeita às questões de ordem técnica, possivelmente teria que se socorrer dos técnicos que elaboraram os documentos em apreciação. Começou por referir que a reserva apresentada pelo Revisor Oficial de Contas – pois estamos apenas perante uma reserva - dizia respeito a algumas empreitadas, designadamente, a Requalificação da Praceta 25 de Abril e da Praceta das Bendorreiras, em que as obras estavam efetivamente concluídas, no entanto, ainda não tinham sido rececionadas definitivamente. No que diz respeito à questão da contratação através de procedimentos de ajuste direto disse que, no âmbito da legislação em vigor, as limitações às adjudicações decorriam da natureza das prestações contratuais adjudicadas a determinado fornecedor ou empreiteiro e não da denominação do mesmo. Disse que o empréstimo do PAEL tinha um valor de € 1.300.000,00 e que através deste empréstimo tinha sido possível o pagamento de algumas dívidas, nomeadamente, à Águas do Oeste, facto que influenciou o aumento das despesas correntes. No que diz respeito aos serviços, disse que a DOUA e DECAS são, naturalmente, setores da atividade municipal com uma maior expressão no orçamento do Município. _____

_____Relativamente à intervenção do membro Duarte Pacheco, disse que não iria comentar a primeira parte, pois tratava-se de opinião política, sendo que cada grupo tinha a sua. Disse que os resultados negativos transitados eram um facto, mas que, mesmo assim, tinha sido possível a sua diminuição. No que concerne às despesas com pessoal, disse que a Autarquia cumpriu, quer no ano anterior, quer nos demais, a redução de trabalhadores imposta por lei e que o aumento verificado ao nível desta rubrica se ficava a dever ao aumento do valor das participações para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e à internalização dos trabalhadores da MONTEGES, EM, no mapa de pessoal do Município. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara, disse, ainda, que o valor identificado pela membro Cláudia Joaquim dizia respeito, por um lado, aos empréstimos a médio e longo prazo e, por outro lado, a dívidas a terceiros, refletindo-se estes valores no mapa de empréstimos. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO



____ A membro Cláudia Joaquim relativamente ao valor de € 150.000,00 disse que não tinha o Código dos Contratos Públicos consigo, mas que podia enviar o artigo referente à questão que havia colocada a fim de ser efetuada uma análise. _____

____ O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que tinham sido prestados os devidos esclarecimentos, sendo que, por esta razão não se iria prolongar em discussão. _____

____ A Senhora Cláudia Joaquim disse que apresentaria o referido artigo na próxima sessão da Assembleia Municipal. _____

____ O membro Vitor Lourenço solicitou a palavra para, antes de mais, cumprimentar os técnicos da Autarquia e respetiva Chefe de Divisão, pela elaboração dos documentos em apreciação, os quais requerem um trabalho apurado e empenhado. Disse ter escutado com atenção as explicações do Senhor Presidente da Câmara, pelo que se congratula com a referência à execução orçamental. Disse que os números eram o que eram e que no que concerne à execução orçamental eram bem expressivos, indo de encontro às necessidades da população sobralense. Salientou que, mesmo com as limitações financeiras, tinha sido possível reduzir o endividamento municipal, tendo voltado a agradecer o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da Autarquia. _____

____ O membro Joaquim Ribeiro solicitou a palavra para reforçar as palavras do membro Vitor Lourenço. Face à situação do País, salientou o esforço da Autarquia que reduziu a dívida do Município e efetuou um conjunto significativo de obras sem que se tenha recorrido a qualquer empréstimo da banca. _____

____ O Senhor Presidente da Assembleia disse que não havia a menor dúvida quanto ao esforço efetuado pela Autarquia na redução da dívida municipal, pelo que se congratulou com a situação. Disse que, nos últimos anos, a Autarquia tem sido alvo de algumas inspeções, sem que, no entanto, tenha havido qualquer advertência, recomendação ou processo levantado contra a mesma, o que, de alguma forma, contradiz o teor de algumas das intervenções realizadas por membros desta Assembleia Municipal, que parecem querer fazer crer que a Autarquia tem algo a esconder. A propósito os documentos em apreciação, saudou os técnicos da Autarquia, a Dra. Manuela Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, bem como o anterior executivo pelo trabalho realizado, fazendo votos de que o atual executivo possa realizar feitos semelhantes. Por fim, disse que desejar mais e melhor para a nossa terra todos fazemos, agora era necessário que todos contribuíssem e agissem para que isso fosse uma realidade, era preciso que não se ficasse só pelas palavras bonitas e de circunstância. Finalmente, agradeceu a todos quantos têm ajudado no desenvolvimento do nosso Concelho. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara corroborou as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, Dr. Júlio Rodrigues. Referiu que, tal como disse o Senhor Presidente da Assembleia, das palavras proferidas, ao longo das ultimas sessões, por parte de alguns

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

membros desta Assembleia, parece que tudo está mal na gestão municipal mas, felizmente, não é assim que as coisas acontecem. Disse que, para além das inspeções realizadas, a Autarquia reporta mensal e trimestralmente um conjunto significativo de dados às mais variadas entidades: DGAL, IGF, Tribunal de Contas, entre outras, ou seja, as ações do executivo em matéria financeira em sentido amplo (pois implica recursos humanos, contratação pública, etc.) são objecto de uma monitorização constante por parte das entidades legalmente competentes. _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com três votos contra do PPD/PSD e do CDS/PP e quatro abstenções do PS, nos termos e para os efeitos do disposto na al. I), do n.º 2, do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao exercício económico de 2013, anexos à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _

____ Seguiu-se o Ponto Número Cinco _____

____ **Declaração de Interesse Municipal – Virgiaves, Produção, Transformação e Comércio de Aves, Lda.** _____

____ O Senhor Presidente apresentou a seguinte: _____

____ **“Declaração de Interesse Municipal – Virgiaves, Produção, Transformação e Comércio de Aves, Lda.** _____

____ **Considerando que:** _____

- a) *Em 11 de abril de 2014, deu entrada uma comunicação em nome de Virgiaves – Produção, Transformação e Comércio de Aves, Lda., solicitando a emissão de uma declaração de interesse municipal, comunicação que se transcreve e que faz parte integrante da presente proposta para os devidos e legais efeitos:* _____

“Data: 2014-04-09 _____

Assunto: PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL _____

Matadouro de aves sita em Sapataria – Sobral de Monte Agraço _____

Processos n.º 420/87 – n.º 340/91 _____

Exmo. Senhor, _____

Com o intuito de proceder à legalização, na Direção Regional Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT), de uma área existente que se encontra implantada na Reserva Agrícola Nacional, solicitámos à Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço a declaração de interesse municipal referente à empresa Virgiaves – Produção, Transformação e Comércio de Aves, Lda.. _____

Em resposta ao solicitado, o município emitiu a certidão nº 06/2014. Contudo, a entidade coordenadora, supra citada, requer o parecer da Assembleia Municipal. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

É nosso objetivo manter e, num futuro próximo, aumentar os postos de trabalho, bem como garantir o desenvolvimento do concelho. Devido à situação que o país atravessa, será uma mais-valia, preservar a economia do município que interfere positivamente para o país. _____

Mais informamos, que se encontra a decorrer no V/ município um processo de legalização das nossas instalações. _____

Aguardamos V/ resposta com brevidade. _____

Com os melhores cumprimentos"; _____

- b) Em 20 de janeiro de 2014 a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, a requerimento da empresa Virgiaves, Produção, Transformação e Comércio de Aves, Lda., que a legalização de uma área existente que se encontra implantada na Reserva Agrícola Nacional, na freguesia de Sapataria, concelho de Sobral de Monte Agraço, a que corresponde o processo de obras n.º 420/87 – 340/91, se reveste de manifesto interesse público municipal.” _____

Propõe-se que: _____

_____ A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, a requerimento da empresa Virgiaves, Produção, Transformação e Comércio de Aves, Lda., que a legalização de uma área existente que se encontra implantada na Reserva Agrícola Nacional, na freguesia de Sapataria, concelho de Sobral de Monte Agraço, a que corresponde o processo de obras n.º 420/87 – 340/91, se reveste de manifesto interesse público municipal. _____

_____ Sobral de Monte Agraço, 22 de abril de 2014 _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal, assinado, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues, Dr.” _____

_____ O membro Rui Corado, face à proposta apresentada, disse que, mais uma vez, o executivo se tinha sobreposto à Assembleia Municipal, tendo apresentado o texto que a seguir se transcreve: _____

_____ “No que se refere ao **Ponto 5 da Ordem do Dia: “Declaração de Interesse Municipal – Requerimento apresentado por Virgiaves, Produção, Transformação e Comércio de Aves, Lda”** verifica-se que mediante um pedido inicial de emissão de declaração de interesse municipal efetuado pela referida empresa, o órgão executivo terá emitido uma certidão (n.º 6/2014). _____

_____ Contudo, conforme a legislação aplicável, cujos procedimentos estão disponíveis em documento da CCDRLVT: “Reconhecimento de relevantes interesse público para ocupação de áreas da REN”, o pedido deve ser instruído por Declaração de Interesse Municipal emitida pela Assembleia Municipal respetiva (e não pelo órgão executivo). _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Ora, mais uma vez o órgão executivo sobrepôs-se à AM naquelas que são as suas competências, o que terá motivado a necessidade de apresentação de um segundo pedido por parte da empresa em causa, solicitando **expressamente** o parecer da AM. _____

____ Por outro lado, verifica-se no que diz respeito ao pedido em análise, que não foi disponibilizado o requerimento inicial, no qual se supõe que tenha sido apresentado pela empresa informações adicionais, que permitiriam avaliar com rigor todos os elementos subjacentes ao presente pedido de concessão de declaração de interesse municipal. _____

____ No requerimento disponibilizado a empresa fundamenta o pedido como sendo “nosso objetivo manter, e num futuro próximo, aumentar os postos de trabalho, bem como garantir o desenvolvimento do concelho. Devido à situação que o país atravessa, será uma mais valia, preservar a economia do município que interfere positivamente para o país”. _____

____ Os deputados do Partido Socialista consideram essencial a promoção do emprego no concelho, e consideram que cabe aos órgãos autárquicos a tomada de decisões que facilitem a instalação de novas empresas no concelho, bem como a manutenção ou o crescimento das empresas já existentes. Mais e melhores empresas significam mais postos de trabalho e mais desenvolvimento para o concelho. _____

____ Contudo, consideramos igualmente que todas as deliberações da AM devem ser tomadas informação suficiente e fundamentada, pelo que, consideramos que não foram disponibilizados os elementos suficientes para que possamos deliberar sobre um pedido que tem como objetivo legalizar instalações que se localizam em área classificada como Reserva Agrícola Nacional, motivo que fundamenta a abstenção por parte dos deputados do Partido Socialista.” _____

____ O Senhor Presidente informou que a falha tinha sido da empresa, que formulou pedidos distintos, ao invés de os apresentar em simultâneo. Face ao exposto, disse que a Câmara Municipal tinha emitido o seu parecer, cabendo agora a emissão de parecer por parte da Assembleia Municipal. _____

____ Com a anuência do Senhor Presidente, o Presidente da Câmara disse que a Câmara Municipal havia aprovado, por unanimidade, a declaração de interesse municipal, sendo que a presente declaração visava reforçar o processo da empresa junto da entidade competente. _____

____ O membro Duarte Pacheco disse que, independentemente de qual devia ter sido o procedimento adotado, certo era que todos conheciam a empresa em causa, sendo uma firma com sede no Concelho há algum tempo, dava emprego a alguns trabalhadores, pelo que e neste contexto, tudo o que pudesse ser efetuado em benefício da mesma, devia ser feito. _____

____ Face aos esclarecimentos prestados, o Senhor Presidente colocou a proposta à votação, tendo a bancada do PS alterado o seu sentido de voto. _____

____ **Deliberação:** A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, a requerimento da empresa Virgiaves, Produção, Transformação e Comércio de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Aves, Lda., que a legalização de uma área existente que se encontra implantada na Reserva Agrícola Nacional, na freguesia de Sapataria, concelho de Sobral de Monte Agraço, a que corresponde o processo de obras n.º 420/87 – 340/91, se reveste de manifesto interesse público municipal. _____

_____ Seguiu-se o Ponto Número Seis _____

_____ O membro Vitor Lourenço solicitou a palavra para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, pelas novas funções como membro do Conselho de Administração da Oeste Sustentável. Felicitou, ainda, a Câmara Municipal e, conseqüentemente, o Senhor Presidente, pela outorga da escritura de constituição da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedras, que decorreu na sala de sessões da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, no passado dia 11 de abril de 2014. Felicitou, também, os restantes Presidentes de Câmara que integram a referida Associação por terem escolhido sedear a citada Associação no Concelho de Sobral de Monte Agraço. _____

_____ Continuando a sua intervenção, procedeu à leitura do texto que a seguir se transcreve: _____

_____ “Gostaria que ficasse registado em acta desta Digníssima Assembleia Municipal o seguinte: _____

_____ Ao ler a acta da reunião de Câmara Municipal realizada a 17 de Março de 2014, a dado trecho reparo que o eleito do PS na Câmara se refere à minha pessoa de uma forma despropositada, grosseira e mal educada chamando-me de “controleiro” imagine-se! Eu que ando nestas andanças autárquicas desde o 25 de Abril de 74 e efectivamente eleito em Órgãos concelhios desde 1982, fui agora alvo da ira doentia e da má educação de alguém. _____

_____ Que fraco gosto teria eu em andar a exercer sobre o que quer que seja ou exista à face da terra, essa “controleirice” de que fui acusado. _____

Não tenho hábitos dessa natureza, não controlo nem aves de rapina, nem aves raras, nem paraquedistas, muito menos o eleito do PS na Câmara Municipal. _____

_____ Também quero aqui afirmar, - à laia do que foi dito nessa reunião de Câmara pelo eleito do PS,- eu também não reconheço ao eleito do PS nenhuma autoridade ou legitimidade moral ou de qualquer outra natureza ou espécie, para tecer quaisquer considerações acerca da minha pessoa, muito menos de me chamar outro nome que não seja o meu, isso eu não admito! _____

_____ Também digo que estive 12 anos nesta Câmara Municipal e nunca faltei a nenhuma reunião de Câmara, quer ela fosse de maior ou menor importância para a vida do meu concelho e das populações que sempre defendi e defendo. _____

_____ Apenas na realidade constatei um facto não o inventei e só me pronunciei sobre este facto, nessa Assembleia Municipal, devido à interpolação do PS feita ao Sr. Presidente da Câmara e a quem tem o Pelouro da Educação, do porquê de não terem estado numa iniciativa da Escola Secundária, cujo tema foi “Escola Pública” que foi de grande importância para o Concelho. _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ Mais, não estou minimamente interessado e é-me completamente irrelevante saber se o eleito do PS assiste ou não às reuniões de Câmara, dou-lhe tanta importância hoje como lhe dei há 10 ou 15 anos atrás, ou seja nenhuma! _____

____ Para finalizar a minha intervenção sobre este assunto, que como deve compreender, Sr. Presidente, a mesma teria de ser aqui neste local em Assembleia Municipal que é o único, onde me posso pronunciar nomeadamente sobre a minha defesa pessoal. Disse." _____

____ A membro Cláudia Joaquim, na sequência da informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, apresentou o requerimento que a seguir se transcreve: _____

____ **"REQUERIMENTO** _____

____ **Assunto: Ponto 2 da Ordem do Dia** _____

____ **Apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro)** _____

____ Da análise efetuada à informação do senhor Presidente da Câmara, salienta-se que, à semelhança da informação apreciada na última reunião da AM, tendo na altura o Partido Socialista levantado as mesmas questões, verifica-se, no que diz respeito à situação financeira do município que: _____

- ✓ O "mapa" da situação financeira apresentado não corresponde a nenhum dos mapas financeiros ou orçamentais das contas dos municípios. _____
- ✓ A informação disponibilizada continua a ser manifestamente insuficiente para que seja possível aos deputados municipais efetuarem qualquer tipo de análise à situação financeira do município, designadamente em termos de execução orçamental. _____
- ✓ Relembra-se que nos termos do artigo que enquadra a obrigatoriedade de apresentação da informação em causa, esta deve refletir não só a atividade, mas também a situação financeira do município. _____

____ Face ao exposto reitera-se por esse motivo o pedido já formulado de modo a que na próxima reunião de AM a informação financeira disponibilizada pelo executivo seja mais detalhada, de modo a permitir uma efetiva avaliação da situação financeira do município por parte deste órgão autárquico. _____

____ Os deputados do Partido Socialista" _____

____ O membro Rui Corado solicitou alguns esclarecimentos sobre a unidade hoteleira que faz a divulgação do CILT, assim como sobre a construção do edifício Multisserviços, tendo apresentado o requerimento que seguidamente se transcreve: _____

____ **"Requerimento** _____

____ **Assunto: Ponto 2 da Ordem do Dia** _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

____ *Apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara, acerca da atividade municipal, nos termos da alínea a), n.º 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro).* _____

____ *Pedido de Esclarecimento* _____

- *Parceria com Unidade Hoteleira /Divulgação CILT* _____

____ *Qual a unidade hoteleira?* _____

____ *Em que consiste a parceria estabelecida?* _____

- *Construção de Edifício Multisserviços* _____

____ *Assunto tratado na reunião de Câmara de 5 de Março.* _____

____ *Omisso na informação agora prestada.* _____

____ *Solicita-se seja a Assembleia Municipal informada das decisões tomadas e andamento do processo.* _____

____ *Os deputados do Partido Socialista”* _____

____ O membro Duarte Pacheco disse que, por vezes, seria melhor as pessoas estarem caladas, mas como não conseguiam, teria que manifestar o seu desagrado e constrangimento pela última intervenção do membro Vítor Lourenço. _____

____ Agradeceu a disponibilidade da Autarquia pela cedência do Auditório Municipal para uma iniciativa do PSD, a realizar no dia 1 de maio. Disse que a iniciativa, naturalmente, iria trazer alguma visibilidade ao Concelho. _____

____ Continuando a sua intervenção, manifestou a sua satisfação pela vinda da imagem peregrina da Nossa Senhora de Fátima ao nosso Concelho, sendo uma iniciativa que, para os católicos, como é o seu caso, se revestia de grande importância. _____

____ Neste momento, tendo conta que o relógio já registava a passagem da meia-noite, o membro Duarte Pacheco, felicitou o Senhor Presidente da Assembleia pelo seu aniversário. _____

____ O Senhor Presidente da Câmara, felicitou, também, o Senhor Presidente da Assembleia pelo seu aniversário. _____

____ Seguidamente, face às intervenções e às perguntas formuladas por alguns membros da Assembleia Municipal, disse que a parceria efetuada com a unidade hoteleira, nomeadamente, com a Casa de Campo “Moinhos da Gozundeira” consistia, apenas e unicamente na divulgação do CILT e vice-versa. Relativamente à vinda da imagem Peregrina da Nossa Senhora de Fátima ao Concelho, convidou os presentes a marcarem presença no evento, no próximo dia 4 de maio, salientando que as bandeiras das Autarquias do Concelho seriam transportadas pelos Escuteiros do Sobral, tendo, agradecido, desde logo, a disponibilidade do Agrupamento. Relativamente à construção do edifício multisserviços informou que o processo não tinha vindo à Assembleia Municipal porque nada obrigava a que tivesse que estar presente neste órgão autárquico ou obter alguma autorização para a abertura do procedimento concursal. Disse que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

face às débeis condições do Pavilhão do Soeirinho tinha sido equacionada a construção deste equipamento, projeto que já vinha sendo avaliado há algum tempo. Disse, ainda, que o procedimento tinha sido aprovado em reunião de Câmara e que estava preparado, ou seja, encontra-se na fase de audiência dos interessados, para que pudesse ser aproveitada qualquer oportunidade financeira que venha a surgir no âmbito dos quadros comunitários de apoio. _____

_____ O membro Rui Corado questionou o Senhor Presidente quanto ao local de construção da referida infraestrutura. _____

_____ O Senhor Presidente informou que já existia um local definido para o efeito, seria junto ao Pavilhão do Monte Agraço Futebol Clube. Disse que o local havia sido escolhido para que se pudessem aproveitar as infraestruturas ali existentes, nomeadamente, a proximidade com outros equipamentos – Centro de Saúde, Quartel da GNR, Quartel dos Bombeiros e Parques de Estacionamento. Referiu, ainda, que para a concretização deste objetivo a Autarquia pretende adquirir uma parcela ao proprietário do terreno contíguo, sendo este um processo que já estava a ser preparado. _____

_____ O membro Joaquim Ribeiro solicitou a palavra para manifestar o seu desagrado relativamente aos pagamentos avultados que as Associações têm que fazer à Sociedade Portuguesa de Autores, relativamente aos efetivos direitos de autor, pois para efeitos de licenciamento dos espetáculos a levar a efeito, as Autarquias, dependendo da tipologia do espetáculo, fazem depender as licenças do pagamento de uma taxa à Sociedade Portuguesa de Autores. Na sua opinião, disse que quando os espetáculos se caracterizavam por bailes ou noites de fados, compreendia o pagamento dos referidos direitos, uma vez que eram utilizadas músicas de outros autores. Não percebia, no entanto, a obrigação deste pagamento quando se tratava do próprio autor, situação que já ocorreu no Clube Desportivo e Recreativo de Pero Negro, quando os “Xutos e Pontapés” ali foram atuar. Disse que já tinha pedido esclarecimentos à Sociedade Portuguesa de Autores sobre esta situação em concreto, sendo que a entidade, na resposta que deu, apenas, remeteu para a legislação em vigor. Por fim, referiu que é do conhecimento geral que se a entidade promotora não pagar os direitos de autor, passa a incorrer, assim como os seus dirigentes, num conjunto de sanções legais, nas quais se inclui uma pena de prisão efetiva de três anos, no entanto, apesar de saber deste facto, disse não lhe parecer justo, quando se trate do próprio autor, ter de haver o pagamento de direitos de autor, tendo, por isso mesmo, solicitado apoio à Câmara Municipal no sentido de se esclarecer esta situação. _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara informou que também a Autarquia partilhava o lamento apresentado pelo membro Joaquim Ribeiro, pois, à semelhança das Associações aqui referidas, a Autarquia tinha de proceder ao pagamento dos direitos de autor pelos espetáculos que organizava. Disse, ainda, que em termos de processo de licenciamento camarário era

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

necessário o comprovativo de pagamento dos direitos de autor assim como de um seguro de responsabilidade civil para o efeito, de forma a ser cumprida a legislação em vigor. Por fim, disse que a Autarquia apenas podia alertar a Sociedade Portuguesa de Autores para a situação, solicitando os devidos esclarecimentos. _____

____ **Abertura ao Público** _____

____ Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

____ Estava presente o Senhor António Henrique Ferreira Dinis que solicitou a palavra para efetuar uma intervenção, acerca de um voto de louvor publicado no jornal "Badaladas" e que foi apresentado por um membro da bancada do PPD/PSD na última sessão da Assembleia Municipal, o qual a seguir se transcreve: _____

____ *"As Vítimas do Ultramar"* _____

____ *A Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço aprovou um voto de louvor aos heróis do ultramar. Não sei se faço parte da lista, porque também sofri na pele a guerra, do então ultramar, em comissão na Guiné durante vinte e dois meses, mas quero que fique bem claro, desde já que não fui herói. Aliás, penso que nenhum militar do nosso Concelho o foi. Se a memória não me atraiçoa, sofremos três mortes no Concelho, o Fernando de Fetais, o Victor dos Casais de S.Quintino e o Amorim do Pedralvo. Em minha opinião, penso que foi de muito mau gosto o título escolhido.* _____

____ *Quanto à preponente do respectivo louvor, com que direito propõe tal à Assembleia Municipal sem sequer ouvir pelo menos a maioria dos heróis? Estes que segundo as recolhas são 351, portanto, segundo as minhas contas, teria que ouvir 348 (ou não, é que passados 42 anos é natural que mais alguém já tenha falecido).* _____

____ *Segundo o artigo, no que me diz directamente respeito, proponho o seguinte: Um voto de louvor às vítimas do ultramar. Digo-o porque não foram só os nossos três conterrâneos, que morreram, que foram vítimas, mas sim todos aqueles que foram a tão malfadada, tão cruel, tão aberrante, tão sem razão, tão indigna guerra, como se alguma guerra fosse digna ou razoável.* _____

____ *A proponente, do voto de louvor, poderia procurar protagonismo com outro assunto qualquer, mas foi logo mexer com tanta gente, com sentimentos de tanta gente. Eu tenho a certeza, quase ninguém pretende relembrar desse triste passado, em plena juventude, naqueles que, possivelmente, seriam os melhores anos. Será que a Sra. faz ideia do que será uma guerra? Será que faz ideia de que, ainda hoje, passados 42 anos, quando se ouvem foguetes, de festas claro, ainda há gente a dar saltos e a mandarem-se para baixo de tudo quanto é sítio porque se assustaram? Faz ideia do que será o stresse pós-traumático da guerra, como é o meu caso, e de tantos outros, que continuo com pesadelos completamente infernais que grito, esperneio, esbracejo, até já chegando ao ponto de mandar a minha mulher da cama a baixo uma série de vezes? Faz ideia do que será um simples bater de porta, o salto que se dá se tiver*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

distraído com qualquer coisa? Faz ideia do que será os trovões assustarem a sério quase toda a gente que viveu tanto tempo em zona de guerra? Não, não faz! _____

____ *Por favor, retirem o meu nome dessa lista, porque me ofende na minha dignidade de homem. Já agora, quero que fique a saber que os senhores da guerra também não sabem o que é a mesma. Apenas se sentam atrás das secretárias a mandar carne para canhão, porque os filhos deles também não vão à guerra, apenas mandam matar os outros.* _____

____ *Por fim, se estava a pensar fazer a proposta para um monumento, sou da opinião que se gaste o dinheiro em coisas mais úteis à sociedade. É triste, a miséria a que, nomeadamente o seu partido, trouxe a este país. Se quer verdadeiramente a minha opinião, aproveite para fazer aprovar, em Assembleia Municipal do nosso Concelho, um voto de louvor aos Capitães de Abril.* _____

____ *António Henrique Ferreira Dinis* _____

____ O membro Duarte Pacheco, na qualidade de cidadão, disse que compreendia a emoção do Senhor António Henrique aquando da sua intervenção. Disse que os deputados municipais eram livres de apresentar votos, sendo esta a essência da democracia. Referiu que o voto formulado pela membro Mariana Melícias não tinha o intuito de homenagear a guerra, mas sim de louvar os homens que nela participaram. _____

____ O Senhor António Henrique disse que as suas palavras não colocavam em causa o voto em si, apenas a menção a “heróis”, pois na sua opinião todos tinham sido vítimas. _____

____ **Aprovação em Minuta** _____

____ Finalmente foi deliberado por unanimidade aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tendo em vista a sua executoriedade imediata. _____

____ **Encerramento** _____

____ E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, João Manuel da Silva Frade, redigi e vou assinar, junto do Presidente. _____

 O Presidente _____

O Secretário _____